

# CENTRO & PORTUGAL

Boletim trimestral **36**

*Informação reportada ao  
terceiro trimestre de 2017*



ccdrc

comissão de coordenação  
e desenvolvimento regional  
do centro

# ÍNDICE

- 4** Enquadramento Nacional
- 6** Mercado de Trabalho
- 10** Desemprego Registado
- 11** Empresas
- 13** Comércio Internacional de Bens
- 15** Turismo
- 16** Construção e Habitação
- 18** Preços e Consumo Privado
- 20** Políticas Públicas no Centro

Nota: A configuração territorial da Região Centro é definida na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e no Regulamento (UE) n.º 868/2014 da Comissão, de 8 de agosto de 2014.



# 36

Boletim trimestral

*Informação reportada ao terceiro trimestre de 2017*

## FICHA TÉCNICA

Editor

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Responsável Técnico

Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional

Data de Edição

Dezembro de 2017

ISSN

2182-6579

[boletimtrimestral@ccdr.pt](mailto:boletimtrimestral@ccdr.pt)

[www.ccdrc.pt](http://www.ccdrc.pt)

Alguns dados de informação conjuntural encontram-se também em <http://datacentro.ccdrc.pt>



**DATA CENTRO**  
INFORMAÇÃO PARA A REGIÃO

CENTRO  
de PORTUGAL

No terceiro trimestre de 2017, o Produto Interno Bruto aumentou 2,5% em termos homólogos reais, resultado do contributo positivo da procura interna que mais do que compensou o contributo negativo da procura externa líquida. A taxa de desemprego nacional voltou a diminuir, cifrando-se nos 8,5%, o valor mais baixo dos últimos anos. O nível de preços cresceu 1,1% tendo, no entanto, desacelerado face aos dois trimestres anteriores. Tanto a confiança dos empresários, como a dos consumidores aumentaram face ao trimestre homólogo.

Relativamente ao mercado de trabalho regional, neste trimestre, em termos homólogos, continuou a assistir-se a uma redução do desemprego e a um aumento do emprego na Região Centro. Também a taxa de atividade e a população ativa mantiveram um ligeiro crescimento homólogo, por contraste com a população inativa que voltou a diminuir. Já o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem e os custos com o trabalho superaram os do trimestre homólogo.

No setor empresarial da Região Centro assistiu-se, face a igual período do ano anterior, ao aumento das empresas constituídas e a uma diminuição das ações de insolvência, do crédito vencido e dos empréstimos concedidos pelo setor financeiro às empresas. O setor da construção continuou a apresentar uma evolução positiva, evidenciada pelos crescimentos homólogos em todos os indicadores regionais de licenciamento. A atividade turística da Região Centro voltou a crescer, atingindo máximos históricos nos hóspedes, nas dormidas e nos proveitos dos estabelecimentos hoteleiros. Relativamente às relações comerciais da região com o mercado externo, observou-se uma intensificação da contração homóloga real das saídas de bens e um abrandamento do crescimento homólogo real das entradas de bens. Vários indicadores representativos do consumo privado regional apresentaram, neste trimestre, evoluções positivas. A taxa de inflação homóloga regional aumentou 0,9% face ao trimestre homólogo.

No PORTUGAL 2020, até 30 de setembro de 2017, estavam aprovados 3,3 mil milhões de euros de fundos europeus para apoiar investimentos na Região Centro. O CENTRO 2020 foi responsável por 955,0 milhões de euros deste volume de apoios, correspondendo a 3.353 operações aprovadas e a 1,7 mil milhões de euros de intenções de investimento na região.

## ENQUADRAMENTO NACIONAL

O Produto Interno Bruto aumentou 2,5% em termos homólogos reais, resultado do contributo positivo da procura interna que mais do que compensou o contributo negativo da procura externa líquida. A taxa de desemprego nacional voltou a diminuir, cifrando-se nos 8,5%, o valor mais baixo dos últimos anos. O nível de preços cresceu 1,1% tendo, no entanto, desacelerado face aos dois trimestres anteriores. Tanto a confiança dos empresários, como a dos consumidores aumentaram face ao trimestre homólogo.

**3,2%**  
foi o acréscimo homólogo  
real da procura interna e

**8,5%**  
a taxa de desemprego  
nacional

Quadro 1 – Enquadramento Nacional		3T17	2T17	1T17	4T16	3T16	2016	2015
PIB*	v. h. (%)	2,5	3,0	2,8	2,2	1,8	1,5	1,8
Procura interna	v. h. (%)	3,2	2,8	2,7	2,9	1,3	1,6	2,7
Consumo das famílias	v. h. (%)	2,6	2,0	2,4	3,0	2,0	2,1	2,1
Formação bruta de capital	v. h. (%)	9,6	10,1	8,0	6,3	0,1	0,9	6,4
Taxa de investimento	%	17,5	17,7	16,9	16,9	16,3	16,5	16,6
Exportações	v. h. (%)	6,8	7,9	9,7	6,0	4,9	4,1	6,1
Importações	v. h. (%)	8,1	7,1	9,1	7,3	3,7	4,1	8,5
VAB	v. h. (%)	2,1	2,2	2,4	1,6	1,1	1,1	1,6
Taxa de desemprego	%	8,5	8,8	10,1	10,5	10,5	11,1	12,4
IPC – Índice de Preços no Consumidor	v. h. (%)	1,1	1,4	1,4	0,8	0,7	0,6	0,5
Indicador de confiança dos consumidores	%	1,5	1,7	-3,4	-8,2	-12,4	-11,1	-12,3
Indicador de clima económico	%	2,1	2,0	1,4	1,2	1,3	1,1	1,0
Taxa de câmbio USD/EUR	USD	1,174	1,100	1,065	1,079	1,116	1,107	1,110
	v. h. (%)	5,2	-2,6	-3,4	-1,5	0,4	-0,3	-16,5

\* Dados adaptados, em cada boletim, à série de novos valores divulgados trimestralmente pelo INE, Contas Nacionais. Dados em volume.

USD - Dólar dos Estados Unidos  
EUR - Euro

Segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), no terceiro trimestre de 2017, o Produto Interno Bruto (PIB) nacional em volume aumentou 2,5% face ao trimestre homólogo<sup>1</sup>, tendo, no entanto, desacelerado relativamente aos dois trimestres precedentes.

A procura interna contribuiu positivamente para esta evolução, uma vez que aumentou 3,2% na comparação homóloga, variação que resultou do ligeiro abrandamento do investimento e da aceleração do consumo das famílias. De facto, neste trimestre, o investimento aumentou 9,6% em termos homólogos (contra os 10,1% registados no trimestre anterior), fixando-se a taxa de investimento nos 17,5%. Já o consumo das famílias acelerou face ao trimestre anterior, tendo-se registado, neste período, um aumento homólogo real de 2,6%.

<sup>1</sup> Variação homóloga percentual – v.h. (%): trata-se da variação em relação ao mesmo período do ano anterior, em percentagem do valor deste.  
Variação homóloga percentual real – v.h.real (%): variação homóloga em volume, sendo retirada a variação dos preços, dados pelo Índice de Preços no Consumidor nacional (base 2012) ou por outro indicador mais apropriado.

A procura externa líquida registou, contrariamente ao trimestre anterior, um contributo negativo para a variação homóloga real do PIB, refletindo a desaceleração das exportações de bens e serviços e a aceleração das importações. Os respetivos aumentos homólogos reais foram, neste trimestre, de 6,8% e de 8,1%, tendo ambas as componentes de bens e de serviços contribuído para estes crescimentos.

O Valor Acrescentado Bruto (VAB) a preços base aumentou 2,1% em termos homólogos reais, tendo abrandado face aos dois trimestres precedentes. Destacavam-se os aumentos homólogos reais nos ramos da “construção” (6,1%), “indústria” (4,0%), “transportes e armazenagem; atividades de informação e comunicação” (3,9%) e “comércio e reparação de veículos; alojamento e restauração” (3,7%).

No que respeita ao mercado de trabalho, a taxa de desemprego nacional diminuiu para os 8,5%, menos 2,0 pontos percentuais do que no trimestre homólogo e a mais baixa taxa desde o final de 2009. No terceiro trimestre de 2017, estimavam-se 444,0 mil indivíduos desempregados no país, traduzindo uma diminuição trimestral e homóloga do desemprego de 17,4 e 105,5 mil indivíduos, respetivamente.

O nível geral dos preços, avaliado pela taxa de variação do Índice de Preços no Consumidor, voltou a aumentar na comparação homóloga (1,1%), mas abrandou face aos dois trimestres anteriores. Das 12 classes de consumo, apenas duas registaram uma diminuição dos preços a nível nacional, mais concretamente, “vestuário e calçado” (-1,9%) e “acessórios para o lar, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação” (-1,1%). Nas restantes classes ocorreram aumentos homólogos destacando-se, com os maiores valores, as “comunicações” (3,8%), “bebidas alcoólicas e tabaco” (2,4%) e “restaurantes e hotéis” (2,1%).

A avaliar pelo indicador de confiança dos consumidores<sup>2</sup> do INE, as expectativas dos consumidores aumentaram face ao trimestre homólogo, tendo continuado a assumir valores positivos, o que significa que existiram mais respostas otimistas do que pessimistas às questões sobre a perspetiva das famílias relativamente à evolução da situação económica do país e financeira do lar. A confiança dos empresários também continuou a aumentar face ao trimestre homólogo e face aos trimestres precedentes, segundo o indicador de clima económico<sup>3</sup>, também do INE.

Por último, a taxa de câmbio<sup>4</sup> do euro face ao dólar (USD/Euro) aumentou face ao trimestre homólogo, assistindo-se a uma valorização do euro, o que se traduz num preço superior para igual quantidade de bens exportados e num preço inferior para igual quantidade de bens importados.

<sup>2</sup> O indicador de confiança dos consumidores é um meio de medição das expectativas dos consumidores, baseado em respostas de opinião sobre a evolução da situação financeira do agregado familiar, da situação económica do País, do desemprego no País e sobre as perspetivas de poupança.

<sup>3</sup> O indicador de clima económico é um instrumento semelhante ao indicador de confiança dos consumidores mas que retrata as expectativas dos empresários.

<sup>4</sup> A taxa de câmbio corresponde ao preço de uma unidade monetária de uma moeda em unidades monetárias de outra e pode ser cotada ao certo ou cotada ao incerto. A taxa de câmbio está cotada ao certo quando exprime o preço de uma unidade de moeda nacional em unidades de moeda estrangeira e está cotada ao incerto quando exprime o preço de uma unidade de moeda estrangeira em unidades de moeda nacional. Neste Boletim, a taxa de câmbio está cotada ao certo para o euro, pelo que um aumento do seu valor corresponde a uma apreciação ou valorização da moeda nacional (euro) e uma diminuição corresponde a uma depreciação ou desvalorização da moeda nacional (euro).

## MERCADO DE TRABALHO

**No terceiro trimestre de 2017, continuou a assistir-se a uma redução do desemprego e a um aumento do emprego na Região Centro. Também a taxa de atividade e a população ativa mantiveram um ligeiro crescimento homólogo, por contraste com a população inativa que voltou a diminuir. Já o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem e os custos com o trabalho superaram os do trimestre homólogo.**

Segundo os dados do inquérito ao emprego<sup>5</sup> do Instituto Nacional de Estatística, no terceiro trimestre de 2017, a taxa de atividade da população em idade ativa<sup>6</sup> na Região Centro voltou a aumentar face ao trimestre anterior e homólogo, cifrando-se nos 59,7%, valor ligeiramente acima da média nacional de 59,3%. Como habitual, a taxa de atividade regional dos homens foi bastante superior à das mulheres (66,7% contra 53,5%).

Neste trimestre, a população ativa<sup>7</sup> da Região Centro ascendia a 1.168,8 mil indivíduos, tendo-se registado um ligeiro acréscimo homólogo (0,7%). Já os inativos<sup>8</sup> totalizavam 1.066,8 mil indivíduos, menos 1,7% do que no trimestre homólogo, evolução que se deveu ao decréscimo dos estudantes com 15 e mais anos, sendo contrariada pelos domésticos e reformados.

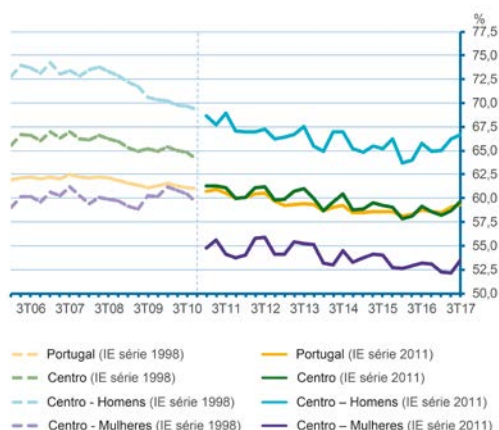
# 6,8%

foi a taxa de desemprego regional do trimestre e

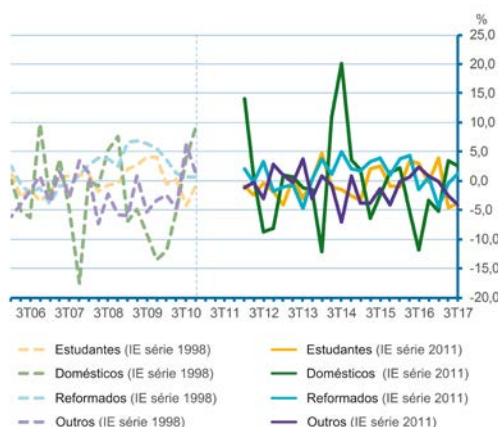
# 55,6%

foi a taxa de emprego regional

Taxa de atividade (15 e mais anos) em Portugal e no Centro



População inativa no Centro por condição perante o trabalho (variação homóloga)<sup>9</sup>



<sup>5</sup> No primeiro trimestre de 2011, o INE iniciou a divulgação de uma nova série de dados do Inquérito ao Emprego, obtida através de uma nova metodologia. Deste modo, os resultados divulgados a partir do primeiro trimestre de 2011 (série 2011), não permitem uma comparação direta com os dados anteriores (série 1998), configurando uma quebra de série. No primeiro trimestre de 2014, o INE disponibilizou valores revistos para estas duas séries, já que estes foram calibrados tendo por referência as estimativas da população residente calculadas a partir dos resultados definitivos dos Censos 2011.

<sup>6</sup> A taxa de atividade da população em idade ativa, de acordo com o INE, "permite definir a relação entre a população ativa e a população em idade ativa (com 15 e mais anos de idade)".

<sup>7</sup> Segundo o INE, toma-se como população ativa "o conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados)".

<sup>8</sup> A população inativa é "o conjunto de indivíduos qualquer que seja a sua idade que, no período de referência, não podem ser considerados economicamente ativos, isto é, não estavam empregados, nem desempregados, nem a cumprir o Serviço Militar Obrigatório".

<sup>9</sup> A partir do primeiro trimestre de 2011, a rubrica "Estudantes" passou a integrar apenas os estudantes com 15 e mais anos, estando os alunos entre os 5 e os 14 anos de idade na rubrica "Outros". A rubrica "Reformados" compreendia, até ao primeiro trimestre de 2011, pensionistas e reformados. A partir de então apenas se enquadram nessa rubrica os reformados do trabalho, estando os pensionistas distribuídos pelas restantes classes de inatividade e, caso não se incluam em nenhuma delas são classificados em "Outros".

Quadro 2 – Atividade e Inatividade		3T17	2T17	1T17	4T16	3T16	2016	2015	
								média trimestral	
Taxa de atividade (15 e mais anos)									
Portugal	%	59,3	59,0	58,5	58,6	58,8	58,5	58,6	
Centro	%	59,7	58,7	58,2	58,6	59,1	58,4	59,1	
	v. h. (p.p.)	0,6	0,6	0,4	-0,4	-0,1	-0,7	-0,3	
População ativa – Centro	milhares	1.168,8	1.149,5	1.141,2	1.150,8	1.160,7	1.147,0	1.161,4	
	v. h. (%)	0,7	0,8	0,5	-0,5	-0,2	-1,2	-0,8	
População inativa – Centro	milhares	1.066,8	1.088,1	1.099,4	1.093,2	1.085,3	1.100,1	1.092,0	
	v. h. (%)	-1,7	-1,7	-1,4	0,2	-0,3	0,7	-0,7	
Estudantes (15 e mais anos)	milhares	162,7	181,6	184,7	171,1	169,2	177,1	174,9	
	v. h. (%)	-3,8	-4,6	3,9	-0,3	2,9	1,3	0,0	
Domésticos	milhares	96,8	98,6	98,3	100,5	94,5	98,5	103,4	
	v. h. (%)	2,4	3,4	-5,2	-3,4	-11,8	-4,7	-1,4	
Reformados	milhares	378,8	375,6	370,6	375,7	374,3	378,7	372,0	
	v. h. (%)	1,2	-0,5	-4,4	0,7	-1,5	1,8	2,4	
Outros	milhares	428,5	432,4	445,8	445,8	447,3	445,8	441,7	
	v. h. (%)	-4,2	-2,6	-0,1	0,8	2,4	0,9	-3,3	

A taxa de emprego<sup>10</sup> da Região Centro, no terceiro trimestre de 2017, foi de 55,6%, valor superior à média nacional (54,3%) e o mais elevado da região desde o terceiro trimestre de 2011.

<sup>10</sup> A taxa de emprego (15 e mais anos) é dada pelo quociente entre a população empregada e a população com 15 e mais anos de idade (população em idade ativa).

<sup>11</sup> Segundo o INE, a população empregada por situação na profissão principal decompõe-se em "Trabalhadores por conta de outrem", "Trabalhadores por conta própria", "Trabalhadores familiares não remunerados" e "Outra situação".

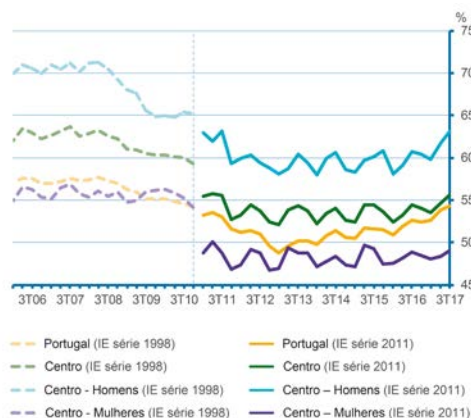
Neste trimestre, na região, estavam empregados 1.089,4 mil indivíduos, valor acima do registado no mesmo período do ano anterior e o maior dos últimos 24 trimestres.

Destacam-se, pelo seu contributo mais expressivo, o aumento do emprego masculino em 3,9%, dos empregados dos 15 aos 24 anos, que registaram um acréscimo de 12,1% e do emprego no setor secundário com um crescimento de 6,9%. É ainda de realçar a contração homóloga de 5,4% no emprego do setor primário, que interrompeu os aumentos homólogos observados nos dois primeiros trimestres de 2017.

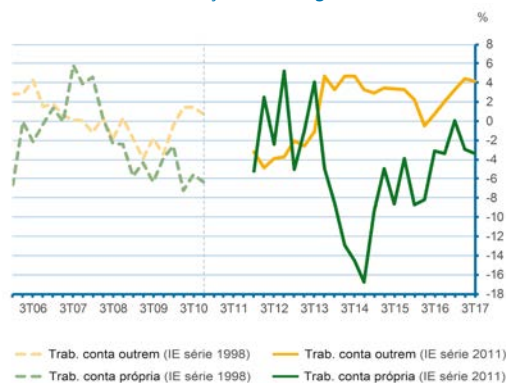
O aumento do emprego ficou ainda a dever-se aos trabalhadores por conta de outrem, que cresceram 4,1% em termos homólogos. Este crescimento foi mais significativo nos trabalhadores contratados a termo, com o ensino secundário e pós-secundário como habilitação e que desempenhavam as suas funções a tempo completo.

Já os trabalhadores por conta própria continuaram a diminuir, registando, neste trimestre, uma contração de 3,4% face a igual período do ano anterior. Para esta evolução contribuíram as variações homólogas negativas registadas nos empregadores (11,3%) e nos trabalhadores isolados (0,6%).

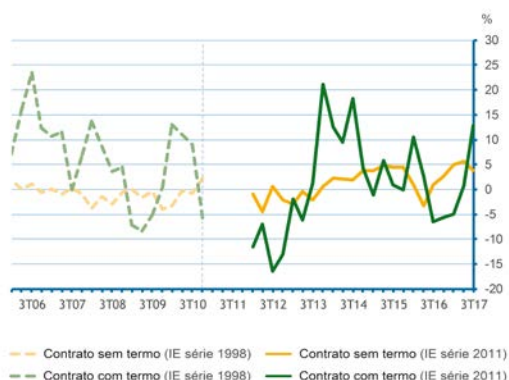
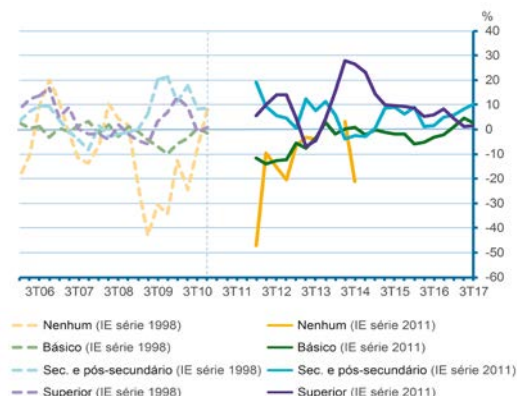
Taxa de emprego (15 e mais anos) em Portugal e no Centro



População empregada no Centro por situação na profissão<sup>11</sup> (variação homóloga)





População empregada por conta de outrem no Centro  
por contrato de trabalho  
(variação homóloga)População empregada por conta de outrem no Centro  
por nível de escolaridade mais elevado completo  
(variação homóloga)<sup>12</sup>

Quadro 3 – Emprego		3T17	2T17	1T17	4T16	3T16	2016	2015
		média trimestral						
Taxa de emprego (15 e mais anos)								
Portugal	%	54,3	53,8	52,6	52,4	52,6	52,0	51,3
Centro	%	55,6	54,6	53,5	54,0	54,4	53,5	53,7
	v. h. (p.p.)	1,2	1,4	1,1	0,4	0,0	-0,2	0,7
População empregada – Centro	milhares	1.089,4	1.069,4	1.049,2	1.060,4	1.068,3	1.051,0	1.054,3
	v. h. (%)	2,0	2,3	1,9	0,8	0,1	-0,3	0,8
Homens	v. h. (%)	3,9	4,3	2,9	-0,3	1,1	-0,1	0,3
Mulheres	v. h. (%)	-0,1	0,1	0,8	2,1	-1,0	-0,5	1,4
15 - 24 anos	v. h. (%)	12,1	4,8	-1,8	6,1	-4,2	1,9	-1,1
25 - 44 anos	v. h. (%)	-1,8	0,3	-1,2	0,7	1,5	0,5	1,0
45 anos ou mais	v. h. (%)	4,3	3,8	5,2	0,4	-0,7	-1,3	0,8
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	v. h. (%)	-5,4	1,5	1,2	-5,1	-11,9	-10,3	-8,9
Indústria, construção, energia e água	v. h. (%)	6,9	7,0	2,8	6,1	2,7	1,5	3,9
Serviços	v. h. (%)	1,1	0,3	1,6	-0,4	1,6	1,0	1,8
Trabalhadores por conta de outrem	milhares	854,5	834,1	822,9	829,5	820,5	811,4	802,4
	v. h. (%)	4,1	4,4	3,3	2,0	0,7	1,1	3,3
Contratos sem termo	v. h. (%)	3,7	5,7	5,0	2,6	0,9	0,3	4,4
Contratos com termo	v. h. (%)	12,9	0,7	-5,0	-5,7	-6,4	0,1	1,3
Tempo completo	v. h. (%)	5,8	4,4	2,4	0,8	0,4	1,0	4,0
Tempo parcial	v. h. (%)	-16,1	4,4	14,9	18,2	5,9	3,0	-5,7
Nenhum grau de escolaridade	v. h. (%)	§	§	0,0	§	§	23,1	-20,7
Básico	v. h. (%)	2,5	4,7	1,3	-2,1	-3,1	-4,1	-1,4
Secundário e pós-secundário	v. h. (%)	10,4	8,3	5,7	4,8	1,6	4,1	5,9
Superior	v. h. (%)	1,6	1,2	4,2	8,1	5,8	6,9	10,7
Trabalhadores por conta própria	milhares	229,8	230,4	222,0	225,5	237,8	230,7	245,1
	v. h. (%)	-3,4	-2,9	0,0	-3,4	-3,1	-5,9	-6,8
Isolados	v. h. (%)	-0,6	-4,1	-2,5	-5,8	-8,4	-7,7	-8,2
Empregadores	v. h. (%)	-11,3	1,1	8,3	5,1	15,9	0,5	-1,3

§: Desvio do padrão de qualidade/Coefficiente de variação elevado

A taxa de desemprego<sup>13</sup> regional foi de 6,8%, no terceiro trimestre de 2017, traduzindo uma diminuição de 1,2 p.p. face ao trimestre homólogo e representando a taxa mais baixa registada na região desde o terceiro trimestre de 2009. Este valor manteve-se inferior à média nacional, que foi de 8,5%, sendo o segundo mais baixo das sete regiões portuguesas. O escalão etário dos 15 aos 24 anos continua a ser dos mais afetados pelo desemprego tendo registado, neste trimestre, uma taxa de 21,1%. A taxa de desemprego das mulheres foi superior à dos homens (8,4% contra 5,4%).

Neste período, na região, encontravam-se desempregados 79,4 mil indivíduos, menos 14,1% face a igual período do ano anterior. Das categorias de desempregados analisadas, à exceção das mulheres e dos desempregados à procura de emprego há menos de 12 meses, que conheceram um aumento de 2,6% e 13,9%, respetivamente, todas as restantes registaram

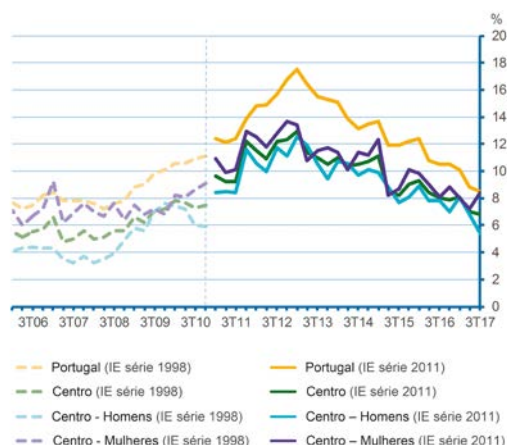
<sup>12</sup> Em alguns trimestres, no nível de escolaridade "Nenhum", não foi possível calcular as variações homólogas dado os valores absolutos não se encontrarem disponíveis por apresentarem desvio do padrão de qualidade/coeficientes de variação elevados.

<sup>13</sup> A taxa de desemprego é a relação entre a população desempregada e a população ativa.

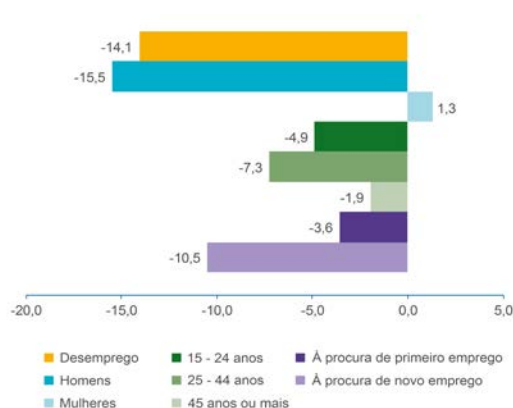


quebras homólogas neste trimestre. Destas últimas categorias destacam-se com as diminuições homólogas mais significativas os desempregados à procura de emprego há 12 ou mais meses (-31,0%), os homens desempregados (-30,3%), os desempregados à procura do primeiro emprego (-23,4%) e os situados no escalão etário dos 15 aos 24 anos (-20,8%).

Taxa de desemprego em Portugal e no Centro por sexo



Contributos para a taxa de variação homóloga do desemprego no Centro no terceiro trimestre de 2017(%)



Quadro 4 – Desemprego		3T17	2T17	1T17	4T16	3T16	2016	2015
		média trimestral						
Taxa de desemprego								
Portugal	%	8,5	8,8	10,1	10,5	10,5	11,1	12,4
Centro	%	6,8	7,0	8,1	7,9	8,0	8,4	9,2
	v. h. (p.p.)	-1,2	-1,4	-1,2	-1,1	-0,2	-0,8	-1,4
Homens	%	5,4	6,8	8,1	7,0	7,8	7,8	8,7
Mulheres	%	8,4	7,2	8,0	8,8	8,1	8,9	9,8
15 - 24 anos	%	21,1	20,9	26,4	26,9	27,4	26,8	28,8
25 - 44 anos	%	6,3	7,3	7,9	8,0	7,4	8,2	9,2
45 anos ou mais	%	5,2	5,0	5,8	5,1	5,7	6,1	6,6
População desempregada – Centro	milhares	79,4	80,1	92,0	90,5	92,4	96,0	107,0
	v. h. (%)	-14,1	-16,1	-12,9	-13,6	-3,3	-10,3	-14,1
Homens	v. h. (%)	-30,3	-9,8	-6,9	-15,4	2,2	-10,2	-17,0
Mulheres	v. h. (%)	2,6	-21,8	-18,6	-11,7	-8,3	-10,3	-11,1
15 - 24 anos	v. h. (%)	-20,8	-16,8	-8,5	-19,0	-6,1	-7,4	1,4
25 - 44 anos	v. h. (%)	-17,3	-13,1	-13,3	0,5	-5,1	-12,4	-24,8
45 anos ou mais	v. h. (%)	-5,6	-19,4	-14,6	-25,0	0,9	-9,5	-4,7
À procura do primeiro emprego	v. h. (%)	-23,4	-32,5	-42,5	-48,3	-26,2	-26,2	-0,6
À procura de novo emprego	v. h. (%)	-12,4	-13,8	-8,6	-5,3	2,4	-7,3	-16,2
Há menos de 12 meses	v. h. (%)	13,9	7,6	-0,9	-7,9	-13,3	-7,5	-13,0
Há 12 meses ou mais	v. h. (%)	-31,0	-31,9	-21,4	-17,1	3,6	-12,1	-14,7

No trimestre em análise, o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem da Região Centro fixou-se nos 813 euros, representando um crescimento homólogo real de 0,7%, que retomou a tendência positiva observada até ao quarto trimestre de 2016 e durante nove trimestres consecutivos. De salientar que o salário médio da região continua abaixo da média nacional, que conheceu uma variação homóloga real de 1,3%, cifrando-se nos 861 euros.

O índice de custo do trabalho<sup>14</sup> aumentou ligeiramente em termos homólogos reais na região (0,5%), contrariando o padrão nacional que sofreu uma quebra homóloga real de 0,8%. Esta variação regional deveu-se ao crescimento homólogo dos custos salariais suportados pela entidade empregadora, tendo sido atenuada pela diminuição dos outros custos de trabalho (onde se incluem, por exemplo, as contribuições dos empregadores para a Segurança Social e os seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais).

<sup>14</sup>O índice de custo do trabalho definido pelo INE pretende medir a evolução dos custos do trabalho por hora efetivamente trabalhada (custo médio horário) suportados pela entidade empregadora. Estes custos compreendem, para além dos custos salariais (como salário base, subsídios e prémios, pagamento de horas extraordinárias, etc.), outros custos do trabalho a cargo da entidade patronal (como contribuições para a Segurança Social, seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais, indemnização por despedimento, entre outros).

Quadro 5 – Salários e Custos do Trabalho		3T17	2T17	1T17	4T16	3T16	2016	2015
		média trimestral						
Salário médio líquido mensal (trabalhadores por conta de outrem)								
Portugal	€	861	851	846	846	840	839	828
	v. h. real (%)	1,3	0,1	0,1	0,7	0,7	0,7	1,4
Centro	€	813	804	791	798	798	799	775
	v. h. real (%)	0,7	-1,3	-2,0	0,6	2,6	2,5	2,0
Índice de Custo do Trabalho*								
Portugal	v. h. real (%)	-0,8	0,0	2,7	-1,8	-0,7	-0,8	2,2
	v. h. real (%)	0,5	3,5	3,3	-0,6	0,2	0,1	3,8

\* (1) Valores corrigidos dos dias úteis (de modo a eliminar os efeitos decorrentes da existência de números de dias úteis diferentes em trimestres idênticos de anos diferentes (Páscoa e outros feriados móveis)). (2) De forma a estar em sintonia com as séries a divulgar pelo Eurostat, que mudou o ano de referência do Índice de Custo do Trabalho (ICT) de 2008 para 2012, os índices disponibilizados passaram a ter como ano de referência o ano de 2012. (3) Exclui a Administração Pública.

## DESEMPREGO REGISTRADO

No terceiro trimestre de 2017, os desempregados inscritos nos centros de emprego da Região Centro continuaram a diminuir face ao trimestre homólogo, tal como os novos desempregados. Também as colocações realizadas pelo IEFP diminuíram face a igual período do ano anterior, embora com um significativo abrandamento face aos trimestres anteriores.

Neste trimestre, encontravam-se inscritos nos centros de emprego do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) da Região Centro 73,0 mil desempregados, o que representava uma diminuição homóloga de 15,2% e correspondia ao mais baixo valor registado desde 2004.

Para esta diminuição contribuiu a quebra homóloga ocorrida nos novos desempregados inscritos nos centros de emprego da região (-11,8%), registando-se, em média, por dia, neste trimestre, 337 novos desempregados (menos 45 do que em igual período do ano anterior).

As colocações efetuadas pelo IEFP também registaram, neste trimestre, uma contração homóloga (-5,5%), sendo, contudo, menos acentuada que a observada nos trimestres anteriores. Em termos médios, ocorreram cerca de 96 colocações por dia, menos seis colocações diárias do que em igual trimestre do ano anterior.

# -15,2%

desempregados registados nos centros regionais de emprego do que no trimestre homólogo e

# 96

colocações realizadas, em média, por dia, pelos centros regionais de emprego

Quadro 6 – Desemprego Registrado		3T17	2T17	1T17	4T16	3T16	2016	2015
		média trimestral						
Dados do IEFP – Centro								
Desemprego registado*	milhares	73,0	75,3	83,2	82,2	86,1	91,1	98,7
	v. h. (%)	-15,2	-20,3	-18,2	-14,6	-8,2	-7,6	-13,7
Novos desempregados**	milhares	30,3	24,4	31,2	31,9	34,3	32,4	35,5
	v. h. (%)	-11,8	-19,3	-6,0	-13,4	-9,9	-8,6	-0,2
Colocações do IEFP**	milhares	8,6	8,4	8,0	6,3	9,2	9,0	10,3
	v. h. (%)	-5,5	-20,2	-20,7	-28,7	-19,1	-11,9	12,4

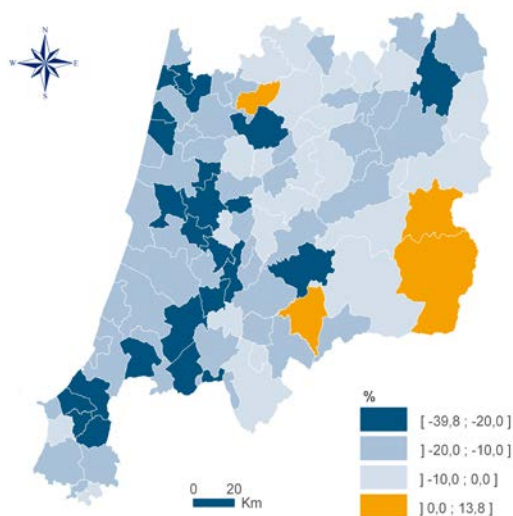
\* valores médios trimestrais  
\*\*soma dos valores dos meses que compõem o trimestre

Analisando a evolução homóloga dos desempregados registados nos centros de emprego por município, verificou-se que em apenas quatro ocorreu um aumento do desemprego face a igual período do ano anterior: Penamacor (13,8%), Idanha-a-Nova (6,7%), Proença-a-Nova (2,4%) e Vouzela (1,9%). Nos restantes 96 municípios, o número de desempregados diminuiu, evidenciando-se, pelas expressivas reduções homólogas, Pinhel (-39,8%), Cadaval (-37,1%), Figueiró dos Vinhos (-33,0%), Murtosa (-31,5%), Oleiros (-30,7%) e Porto de Mós (-30,2%).

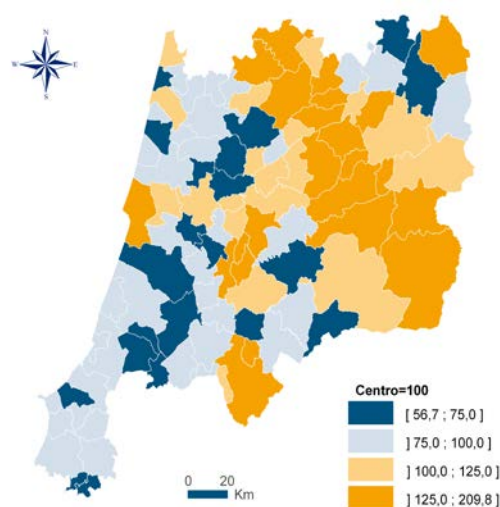
<sup>15</sup> O índice de disparidade do peso do desemprego registado por município face à média regional é um indicador que pretende traduzir a dispersão do desemprego registado no IEFP na população potencialmente ativa em cada município em relação ao valor desse indicador na Região Centro. Este índice é obtido da seguinte forma:  $[(\text{desemprego registado})i / (\text{população média residente 15-64 anos})i] / [(\text{desemprego registado})RC / (\text{população média residente 15-64 anos})RC] * 100$ , sendo  $i$  determinado município e RC a Região Centro. Para o cálculo do índice foi utilizada a população média residente do escalão etário 15-64 anos relativa ao ano de 2016.

Relativamente ao peso dos desempregados registados nos centros de emprego no total da população potencialmente ativa (15-64 anos), verificou-se que, neste trimestre, 58 municípios apresentavam uma situação mais favorável do que a média regional, ou seja índices de disparidade<sup>15</sup> inferiores a 100. Os municípios mais bem posicionados eram Ourém (56,7), Murtosa e Vagos (ambos com 62,5). Dos 42 municípios com índices superiores à média regional, destacavam-se, com índices acima de 155, os municípios de Idanha-a-Nova (209,8), Belmonte (166,9) e Castanheira de Pera (159,8).

Varição homóloga do desemprego registado por município no terceiro trimestre de 2017



Disparidade do peso do desemprego registado por município face à média regional no terceiro trimestre de 2017<sup>15</sup>



## EMPRESAS

**11,6%**

foi a variação homóloga das empresas constituídas na região e

**-35,6%**

a variação das ações de insolvência na região

No terceiro trimestre de 2017, assistiu-se na Região Centro a um aumento das empresas constituídas e a uma diminuição expressiva das ações de insolvência, face a igual período do ano anterior. Também o crédito vencido diminuiu, continuando, no entanto, a apresentar níveis elevados. Já os empréstimos concedidos às empresas pelo setor financeiro continuaram em queda.

Neste trimestre, foram constituídas 1.437 empresas na Região Centro, o que correspondeu a um aumento de 11,6% face a igual período do ano anterior e que, embora abaixo da média nacional de 13,4%, reforçou o crescimento homólogo observado no trimestre anterior. Em termos médios, foram criadas 16 novas empresas por dia na região, contribuindo para as 101 novas empresas criadas diariamente no país (mais 12 do que no trimestre homólogo).

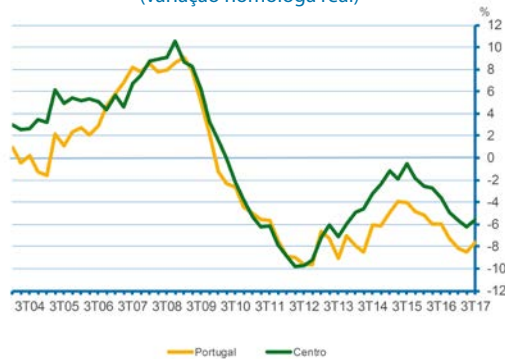
Na região registaram-se 192 ações de insolvência<sup>16</sup> neste trimestre, o que se traduziu numa significativa quebra homóloga de 35,6%, valor superior à evolução nacional (-28,9%) e aos trimestres anteriores. Em Portugal ocorreram 12 ações de insolvência, em média, por dia, das quais duas foram de empresas com sede na Região Centro.

<sup>16</sup> A Iberinform, Crédito y Caución disponibiliza informação das ações de insolvência publicadas de acordo com a seguinte classificação: Declarada a Insolvência, Declarada a Insolvência – Apresentada, Declarada a Insolvência – Requerida e Em Plano de Insolvência. O total de ações de insolvência inclui estas quatro classificações.

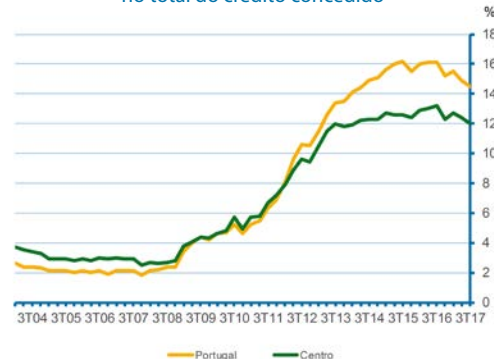
Os empréstimos concedidos pela banca a sociedades não financeiras mantiveram a tendência de quebra observada nos últimos anos, evidenciando, no entanto, um ligeiro abrandamento face aos dois primeiros trimestres de 2017. Assim, a evolução homóloga real na região foi de -5,6%, enquanto a média nacional cifrou-se nos -7,6%.

O incumprimento das empresas, medido pela importância do crédito vencido no total do crédito concedido às sociedades não financeiras, diminuiu em relação ao trimestre homólogo, sendo o mais baixo desde o primeiro trimestre de 2014. Deste modo, no terceiro trimestre de 2017, este indicador fixou-se nos 12,0% na região, ficando abaixo da média do país (14,5%) e mais distante do máximo histórico atingido no terceiro trimestre de 2016 (de 13,2%).

Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras  
(variação homóloga real)



Crédito vencido das sociedades não financeiras  
no total do crédito concedido



Quadro 7 – Empresas		3T17	2T17	1T17	4T16	3T16	2016	2015	
		média trimestral							
Empresas constituídas									
Portugal	número	9.055	9.709	11.938	8.530	7.987	9.206	9.373	
	v. h. (%)	13,4	3,8	9,0	2,1	-0,5	-1,8	6,9	
Centro	número	1.437	1.541	1.850	1.274	1.288	1.487	1.639	
	v. h. (%)	11,6	5,0	-3,5	-5,3	-10,0	-9,3	10,7	
Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras									
Portugal	milhões €	74.607	75.204	76.381	76.989	79.854	79.955	84.623	
	v. h. real (%)	-7,6	-8,5	-8,1	-7,3	-6,0	-6,1	-4,4	
Centro	milhões €	13.845	13.963	14.068	14.047	14.502	14.484	14.913	
	v. h. real (%)	-5,6	-6,2	-5,7	-4,9	-3,6	-3,5	-1,4	
Crédito vencido (em percentagem do crédito concedido)									
Portugal	%	14,5	14,9	15,5	15,2	16,1	15,9	15,8	
Centro	%	12,0	12,4	12,7	12,3	13,2	12,9	12,6	
Ações de insolvência									
Portugal	número	1.058	1.748	2.137	1.860	1.488	1.945	1.943	
	v. h. (%)	-28,9	-21,1	-3,5	-2,7	-3,9	0,1	7,7	
Centro	número	192	300	364	369	298	382	390	
	v. h. (%)	-35,6	-26,8	-18,9	-2,6	-11,3	-2,2	11,0	

## COMÉRCIO INTERNACIONAL DE BENS

**8,5%**foi a diminuição  
homóloga real das saídas  
de bens da região e**5,6%**foi o crescimento homólogo  
real das entradas de bens na  
região

No terceiro trimestre de 2017, na Região Centro, continuou a observar-se uma intensificação da contração homóloga real das saídas de bens e um abrandamento do crescimento homólogo real das entradas de bens. O mercado extracomunitário voltou a apresentar a mais significativa diminuição das saídas e o mais expressivo crescimento das entradas.

As saídas de bens da Região Centro registaram, neste trimestre, uma contração homóloga real<sup>17</sup> de 8,5%, contrariando o aumento da média nacional de 3,7% e dando continuidade à quebra registada nos dois primeiros trimestres do ano, após 15 trimestres consecutivos de aumentos. Esta evolução é explicada pela diminuição homóloga das saídas para os mercados intra e extracomunitário, pelo terceiro trimestre consecutivo, cifrando-se, neste trimestre, nos -6,9% e -14,0%, respetivamente.

<sup>17</sup> As taxas de variação real das variáveis presentes neste capítulo foram calculadas, na região e em Portugal, com base nos deflatores de Contas Nacionais específicos desses fluxos (atualizados para a base 2011).

Quadro 8 – Comércio Internacional de Bens*		3T17	2T17	1T17	4T16	3T16	2016	2015
		média trimestral						
Saídas de bens								
Portugal	milhões €	13.254,9	13.746,9	13.941,2	13.048,4	12.319,3	12.505,6	12.408,5
	v. h. real (%)	3,7	3,2	12,9	5,3	6,0	4,4	6,1
Intracomunitárias	milhões €	9.711,6	10.237,2	10.400,0	9.405,0	9.222,3	9.392,8	9.017,8
	v. h. real (%)	1,5	0,8	8,8	4,0	10,2	7,9	8,9
Extracomunitárias	milhões €	3.543,3	3.509,7	3.541,2	3.643,4	3.097,0	3.112,7	3.390,7
	v. h. real (%)	10,3	11,0	27,2	9,0	-4,8	-4,9	-0,5
Centro	milhões €	2.524,9	2.728,0	2.709,6	2.829,6	2.659,8	2.777,4	2.743,9
	v. h. real (%)	-8,5	-8,2	-5,8	2,1	4,7	4,9	21,9
Intracomunitárias	milhões €	1.985,6	2.170,6	2.160,6	2.129,4	2.055,7	2.163,1	2.089,5
	v. h. real (%)	-6,9	-8,2	-5,5	2,2	7,3	7,3	22,2
Extracomunitárias	milhões €	539,2	557,4	549,0	700,2	604,1	614,3	654,4
	v. h. real (%)	-14,0	-8,4	-7,2	2,0	-3,4	-2,7	21,0
Entradas de bens								
Portugal	milhões €	16.797,7	17.485,5	16.667,2	16.254,4	15.142,1	15.310,7	15.086,2
	v. h. real (%)	7,4	7,6	9,2	6,8	5,0	5,5	7,9
Intracomunitárias	milhões €	12.731,7	13.177,7	12.738,2	12.668,7	11.638,0	11.908,7	11.546,5
	v. h. real (%)	5,9	3,8	6,8	7,0	6,7	7,2	10,4
Extracomunitárias	milhões €	4.066,0	4.307,8	3.928,9	3.585,7	3.504,1	3.402,0	3.539,7
	v. h. real (%)	12,3	21,3	18,0	6,0	-0,2	-0,1	0,4
Centro	milhões €	2.155,1	2.356,6	2.249,4	2.083,3	1.976,1	2.029,7	1.941,9
	v. h. real (%)	5,6	6,5	8,5	7,0	9,5	8,6	10,9
Intracomunitárias	milhões €	1.746,4	1.953,2	1.842,1	1.766,7	1.636,3	1.685,5	1.618,1
	v. h. real (%)	3,3	5,8	9,8	9,0	9,7	8,2	9,4
Extracomunitárias	milhões €	408,7	403,4	407,3	316,6	339,7	344,2	323,9
	v. h. real (%)	16,5	9,9	3,4	-3,3	8,3	10,4	19,3

\* Os valores de 2015 são definitivos, os de 2016 provisórios e os de 2017 são preliminares sendo revistos trimestralmente. Os dados do comércio internacional foram deflacionados com informação de Contas Nacionais disponibilizada pelo INE na base 2011. A distribuição regional do comércio internacional tem por base a sede dos operadores (e não a região onde a transação dos bens ocorreu).

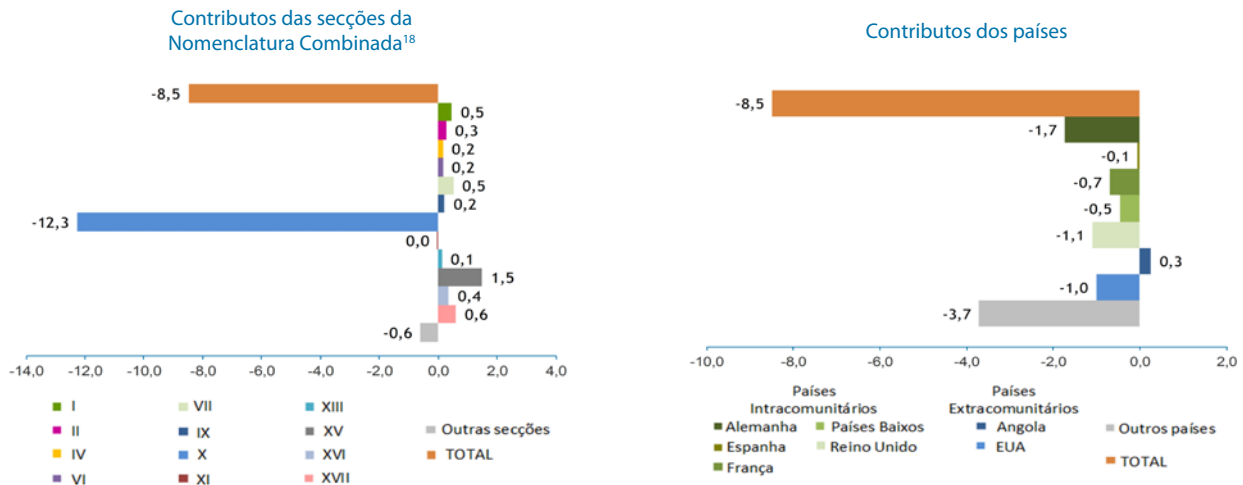
Considerando as saídas de bens da região por grupos de produtos, tendo em conta as doze secções da Nomenclatura Combinada com maior importância nas transações internacionais<sup>18</sup> da Região Centro, verificou-se que a secção X “pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas); papel e suas obras” foi aquela que contribuiu mais significativamente (-12,3%) para a variação homóloga regional de -8,5%. Os contributos positivos observados em dez das 12 secções, apenas conseguiram explicar, conjuntamente, 4,5 p.p. da variação das saídas de bens registada no trimestre, sendo que os mais significativos ocorreram nas secções XV “metais comuns e suas obras” (1,5%) e XVII “material de transporte” (0,6%).

Analisando as saídas de bens da região por países de destino, com base naqueles com maior importância nas transações internacionais<sup>19</sup> da Região Centro, constatou-se que os países que mais contribuíram para a variação homóloga regional de -8,5% foram, no mercado intracomunitário, a Alemanha e o Reino Unido (que no conjunto contribuíram em -2,8 p.p. para a variação total) e no mercado extracomunitário, os EUA (-1,0%). A contrariar esta evolução temos apenas o contributo positivo de Angola (0,3%).

<sup>18</sup> Das 21 secções da Nomenclatura Combinada foram escolhidas as que tinham uma importância superior a 3% no total das transações internacionais (entradas e saídas) da Região Centro, no ano de 2013. Estas secções encontram-se identificadas nas fontes de informação.

<sup>19</sup> Dos diversos países com os quais a Região Centro estabelece relações comerciais foram escolhidos, nos mercados intra e extracomunitários, os que representavam no seu conjunto mais de 68% e 77% do total das saídas e das entradas de bens na região, respetivamente.

### Taxa de variação homóloga real das saídas de bens no Centro no terceiro trimestre de 2017(%)



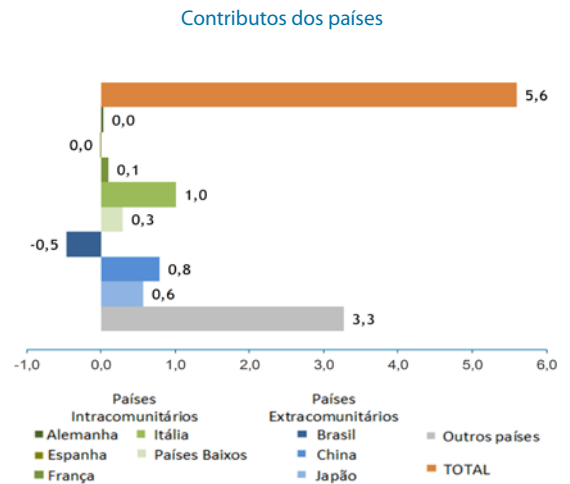
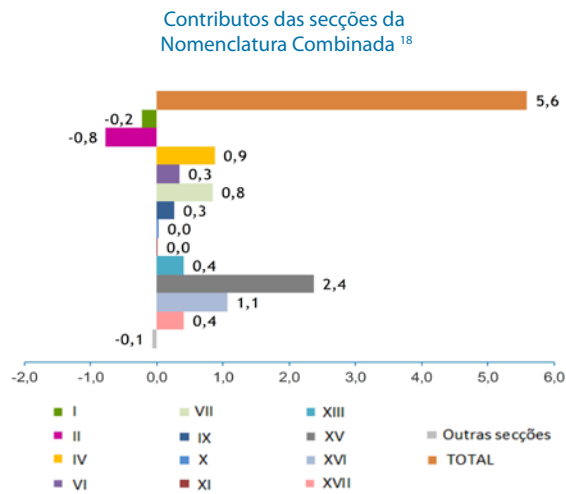
Ao contrário das saídas, as entradas de bens na Região Centro registaram face a igual período do ano anterior um crescimento real de 5,6%, no entanto, abaixo da média nacional de 7,4%, e com um abrandamento face aos trimestres anteriores. Ambos os mercados intra e extracomunitários contribuíram para esta evolução positiva na região, tendo, no entanto, o crescimento das entradas provenientes dos países fora da União Europeia sido mais significativo (16,5% contra 3,3%).

Em termos das entradas de bens por grupos de produtos com maior importância nas transações internacionais da região, observou-se que oito dos 12 grupos analisados contribuíram positivamente em 6,6 p.p. para a variação homóloga real das entradas de bens, com destaque para as secções XV “metais comuns e suas obras” (2,4%) e XVI “máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios” (1,1%). Apenas duas secções das analisadas contrariaram a evolução registada: II “produtos do reino vegetal” (-0,8%) e I “animais vivos e produtos do reino animal” (-0,2%).

Do lado das entradas de bens na região por países de origem com maior relevância nas transações internacionais, neste trimestre, verificou-se que a Itália foi, no mercado intracomunitário, o país que mais contribuiu para o crescimento homólogo regional de 5,6%, por contraste com a Alemanha e a Espanha que apresentaram um contributo quase nulo. No mercado extracomunitário, apenas as importações provindas do Brasil contrariaram a evolução registada.



Taxa de variação homóloga real das entradas de bens no Centro no terceiro trimestre de 2017(%)



## TURISMO

**11,8%**

foi o crescimento homólogo das dormidas nos estabelecimentos hoteleiros da região e

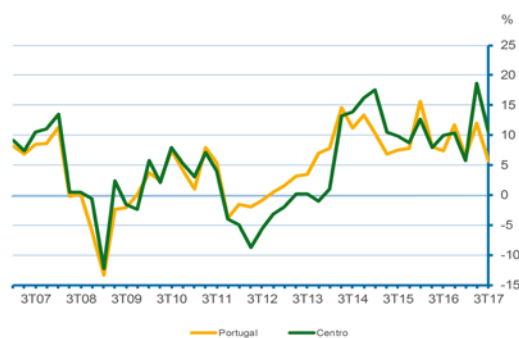
**13,9%**

foi o crescimento homólogo real dos seus proveitos

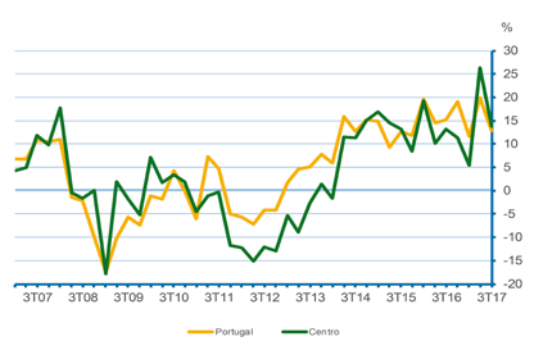
No terceiro trimestre de 2017, a atividade turística da Região Centro voltou a crescer, atingindo máximos históricos nos hóspedes, nas dormidas e nos proveitos dos estabelecimentos hoteleiros.

O setor do turismo continuou a evidenciar um grande dinamismo, no terceiro trimestre de 2017, tanto na Região Centro, como ao nível nacional. Na região, registou-se um crescimento homólogo superior à média nacional do número de hóspedes (10,3%), de dormidas (11,8%) e de proveitos totais em estabelecimentos hoteleiros (13,9%), atingindo-se máximos históricos em todos estes indicadores. Também em Portugal, a atividade turística conheceu, neste trimestre, os valores mais elevados da série. Apesar disto, a estada média foi de 3,0 noites no país e 1,9 noites na Região Centro, mantendo-se, no caso regional, inalterada face a igual período do ano anterior, embora mais elevada do que nos três trimestres anteriores. Para a evolução regional dos proveitos foi determinante o acréscimo homólogo real dos proveitos de aposento que cresceram 15,8% e que representavam, neste trimestre, cerca de 72% do total de proveitos em estabelecimentos hoteleiros.

Hóspedes em estabelecimentos hoteleiros (variação homóloga)



Proveitos totais (variação homóloga real)





Quadro 9 – Turismo*		3T17	2T17	1T17	4T16	3T16	2016	2015	
		média trimestral							
Hóspedes em estabelecimentos hoteleiros									
Portugal	milhares	6.885	5.934	3.429	4.021	6.516	4.765	4.340	
	v. h. (%)	5,7	11,9	6,4	11,7	7,4	9,8	7,8	
Centro	milhares	1.098	891	508	609	995	709	645	
	v. h. (%)	10,3	18,6	5,8	10,4	9,9	9,9	10,9	
Dormidas em estabelecimentos hoteleiros									
Portugal	milhares	20.997	16.454	8.812	10.415	20.058	13.379	12.213	
	v. h. (%)	4,7	12,1	5,3	12,8	6,2	9,6	5,9	
Centro	milhares	2.134	1.551	794	995	1.909	1.235	1.126	
	v. h. (%)	11,8	23,2	1,9	10,3	9,7	9,7	8,7	
Estada média nos estabelecimentos hoteleiros									
Portugal	n.º noites	3,0	2,8	2,6	2,6	3,1	2,8	2,8	
Centro	n.º noites	1,9	1,7	1,6	1,6	1,9	1,7	1,7	
Proveitos totais dos estabelecimentos hoteleiros									
Portugal	milhares €	1.338.033	937.079	447.726	561.605	1.173.359	725.106	619.746	
	v. h. real (%)	12,7	20,0	11,6	19,0	15,2	16,3	12,0	
Centro	milhares €	102.369	72.548	37.716	47.640	88.898	57.120	50.271	
	v. h. real (%)	13,9	26,3	5,4	11,4	13,2	12,9	13,1	

\* Desde a edição n.º 15 deste boletim, os dados absolutos reportam-se à soma dos valores mensais em cada trimestre. Os valores de 2017 são provisórios exceto os do mês mais recente que são preliminares.

## CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO

**No terceiro trimestre de 2017 o setor da construção apresentou uma evolução positiva, evidenciada pelos crescimentos homólogos em todos os indicadores regionais do licenciamento. Já os edifícios concluídos na região também aumentaram, apesar do contributo negativo dos novos fogos para habitação familiar. Das variáveis relativas ao crédito à habitação, apenas o crédito vencido continuou a observar uma tendência positiva.**

Neste trimestre, foram licenciados, na região, 1.322 edifícios, o que correspondeu a um aumento homólogo de 11,0% (superior ao observado no trimestre anterior e à média nacional de 3,8%). Os restantes indicadores do licenciamento também continuaram a evidenciar, pelo sexto trimestre consecutivo, uma dinâmica regional claramente positiva. Assim, face a igual período do ano anterior, o licenciamento de novos fogos para habitação familiar cresceu 49,8%, registando o maior crescimento homólogo dos últimos nove anos, e o licenciamento de construções novas na região aumentou em 16,2%.

Os edifícios concluídos aumentaram 16,6%, na região, face a igual período do ano anterior, aproximando-se do ritmo de crescimento observado no início de 2017, o qual tinha inflitado cerca de dez anos de quebras homólogas sucessivas. Este padrão regional deveu-se ao acréscimo homólogo das conclusões de construções novas (17,7%). É, no entanto, de salientar a diminuição homóloga dos fogos concluídos em construções novas para habitação familiar (-10,6%). Em termos nacionais intensificou-se a evolução positiva significativa registada nos dois trimestres anteriores, com os edifícios concluídos a conhecer um crescimento homólogo de 23,2%.

### 49,8%

foi o crescimento homólogo dos novos fogos para habitação familiar licenciados na região

### -8,2%

foi a evolução homóloga real regional do crédito à habitação vencido

Os empréstimos concedidos pelos bancos para habitação continuaram em queda no terceiro trimestre de 2017, tendo sido observada uma variação homóloga real de -3,1% na região e de -3,6% no país. Também o crédito à habitação vencido voltou a diminuir, em termos homólogos reais, pelo quarto trimestre consecutivo, após seis anos de aumentos sucessivos. Apesar desta evolução positiva, o peso do crédito vencido no total do crédito à habitação concedido continuou a apresentar, neste trimestre, valores muito próximos dos máximos registados no passado.

Na Região Centro, neste trimestre, a avaliação bancária da habitação aumentou 5,0% em termos homólogos reais (abaixo da média nacional de 3,7%), sendo cada metro quadrado destinado à habitação avaliado pelas entidades bancárias em 933,7 euros (aproximadamente mais 55 euros por metro quadrado do que no mesmo trimestre do ano anterior). O valor médio da avaliação bancária subiu em todas as sub-regiões da Região Centro em termos homólogos reais, destacando-se, com as variações mais expressivas Viseu Dão-Lafões (9,7%), a Região de Leiria (7,8%) e a Beira Baixa (7,7%).

Ambas as tipologias de habitação (moradias e apartamentos) contribuíram para esta evolução positiva e crescente da avaliação bancária da habitação na região, tendo-se verificado um crescimento homólogo real de 5,4% no valor médio da avaliação bancária dos apartamentos e de 4,9% nas moradias. A Região de Coimbra manteve o comportamento habitual, sendo a sub-região com a avaliação mais elevada (1.024€/m<sup>2</sup>) e onde os apartamentos eram mais valorizados (1.127€/m<sup>2</sup>). O Oeste continuou também a apresentar a valorização mais elevada nas moradias (999€/m<sup>2</sup>), enquanto a menos elevada ocorria nas Beiras e Serra da Estrela (796€/m<sup>2</sup>). Esta sub-região era igualmente a menos valorizada em termos médios globais (804€/m<sup>2</sup>).

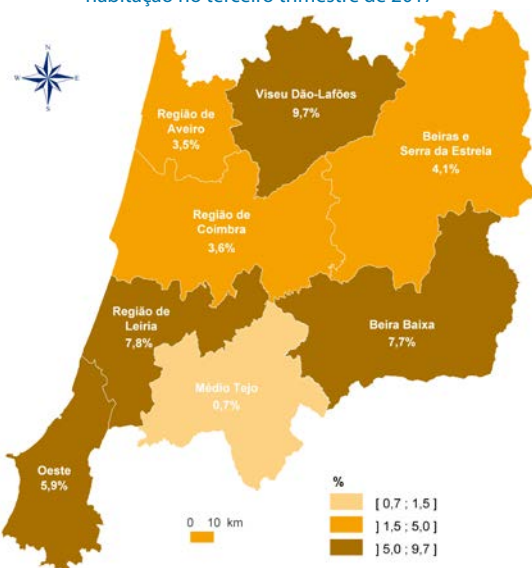
Quadro 10 – Construção e Habitação		3T17	2T17	1T17	4T16	3T16	2016	2015	
								média trimestral	
Edifícios licenciados*									
Portugal	número	4.349	4.689	4.984	4.385	4.189	4.181	3.737	
	v. h. (%)	3,8	8,6	30,1	17,0	18,7	11,9	-3,3	
Centro	número	1.322	1.355	1.416	1.347	1.191	1.233	1.160	
	v. h. (%)	11,0	7,3	25,1	14,6	6,6	6,3	-11,9	
Construções novas	número	902	935	932	873	776	800	754	
	v. h. (%)	16,2	17,2	23,9	17,5	6,0	6,1	-2,9	
Novos fogos para habitação familiar	v. h. (%)	49,8	17,0	39,4	45,1	18,4	26,7	11,5	
Edifícios concluídos* **									
Portugal	número	3.334	2.903	2.896	2.807	2.707	2.665	2.752	
	v. h. (%)	23,2	12,2	13,1	7,4	-0,1	-3,2	-13,8	
Centro	número	1.014	869	943	846	870	835	921	
	v. h. (%)	16,6	5,6	17,6	-4,0	-0,9	-9,3	-16,5	
Construções novas	número	691	611	666	587	587	571	596	
	v. h. (%)	17,7	6,3	24,7	3,7	0,3	-4,3	-14,8	
Novos fogos para habitação familiar	v. h. (%)	-10,6	4,2	45,2	67,8	42,4	25,0	-22,6	
Empréstimos concedidos para habitação									
Portugal	v. h. real (%)	-3,6	-4,3	-4,5	-3,9	-3,2	-3,4	-3,8	
Centro	v. h. real (%)	-3,1	-3,8	-4,1	-3,6	-3,0	-3,1	-3,7	
Crédito à habitação vencido***									
Portugal	v. h. real (%)	-9,7	-10,2	-7,2	-9,6	3,8	0,4	3,4	
Centro	v. h. real (%)	-8,2	-8,8	-6,1	-8,2	5,0	2,1	4,0	
Avaliação bancária da habitação									
Portugal	€/m <sup>2</sup>	1.124,7	1.111,0	1.107,3	1.090,7	1.072,3	1.067,7	1.029,3	
	v. h. real (%)	3,7	3,4	4,2	3,6	2,6	3,1	1,6	
Centro	€/m <sup>2</sup>	933,7	915,0	905,0	892,0	879,0	875,4	850,9	
	v. h. real (%)	5,0	2,9	4,5	3,6	2,7	2,3	0,7	

\*O total integra construções novas, ampliações, alterações e reconstruções.

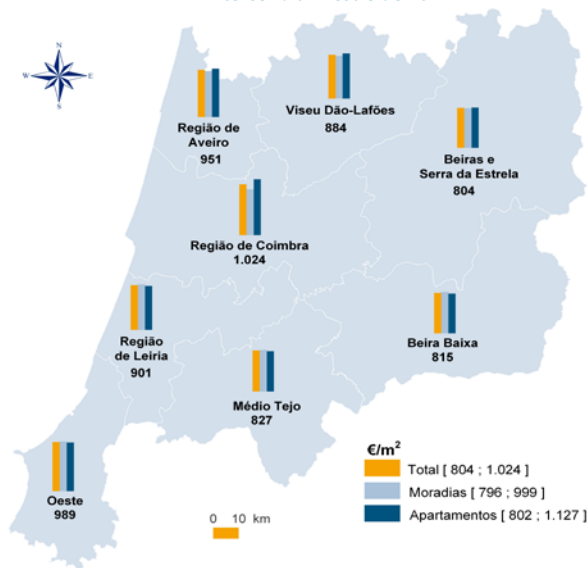
\*\* Os valores de 2017 são dados provisórios estimados. A informação anterior corresponde a dados revistos.

\*\*\* Trata-se de créditos concedidos ao setor institucional das famílias que inclui empresários em nome individual e outras pessoas singulares.

Taxa de variação homóloga real da avaliação bancária da habitação no terceiro trimestre de 2017



Avaliação bancária da habitação no terceiro trimestre de 2017



## PREÇOS E CONSUMO PRIVADO

O Índice de Preços no Consumidor aumentou face ao trimestre homólogo, na região e no país, evidenciando, no entanto, uma desaceleração regional pelo segundo trimestre consecutivo. No que respeita ao consumo privado, vários indicadores apresentaram, neste trimestre, evoluções positivas.

Os níveis médios de preços na região, avaliados pelo Índice de Preços no Consumidor, registaram, um aumento de 0,9%, face ao trimestre homólogo. Este crescimento foi inferior ao observado nos dois trimestres anteriores e à média nacional (que neste trimestre se reduziu, cifrando-se nos 1,1%). Na região, a maioria das classes de despesa acompanhou este crescimento dos preços, destacando-se com os aumentos mais significativos as “comunicações” (3,8%), as “bebidas alcoólicas e tabaco” (2,4%), os “restaurantes e hotéis” (2,1%), os “transportes” (1,9%) e o “lazer, recreação e cultura” (1,9%). À semelhança do trimestre anterior, apenas duas classes de despesa registaram variações negativas na comparação homóloga: o “vestuário e calçado” (-1,9%) e os “acessórios, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação” (-1,1%).

### 0,9%

foi a taxa de inflação homóloga regional e

### 4,3%

foi o crescimento homólogo real dos empréstimos para consumo

Quadro 11 – Preços		3T17	2T17	1T17	4T16	3T16	2016	2015
		média trimestral						
Índice de Preços no Consumidor – IPC								
Portugal	v. h. (%)	1,1	1,4	1,4	0,8	0,7	0,6	0,5
Centro	v. h. (%)	0,9	1,1	1,3	0,7	0,7	0,5	0,3
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	v. h. (%)	0,5	1,5	2,0	0,4	1,4	0,4	1,2
Bebidas alcoólicas e tabaco	v. h. (%)	2,4	2,2	2,6	1,9	1,5	2,3	4,0
Vestuário e calçado	v. h. (%)	-1,9	-2,0	-0,1	0,6	3,0	1,0	-1,6
Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis	v. h. (%)	0,7	0,0	0,6	0,5	-0,1	0,2	-0,5
Acessórios, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação	v. h. (%)	-1,1	-0,8	-0,7	-0,8	-0,3	0,1	0,7
Saúde	v. h. (%)	0,7	0,4	-0,7	-0,9	-1,0	-0,8	0,4
Transportes	v. h. (%)	1,9	2,6	5,7	1,9	-0,9	-0,5	-1,7
Comunicações	v. h. (%)	3,8	3,5	2,3	4,4	2,2	3,4	4,0
Lazer, recreação e cultura	v. h. (%)	1,9	2,2	0,8	1,5	0,4	1,2	-0,7
Educação	v. h. (%)	0,9	1,0	1,0	1,0	0,4	0,6	0,7
Restaurantes e hotéis	v. h. (%)	2,1	2,7	0,0	0,0	1,6	0,8	1,1
Bens e serviços diversos	v. h. (%)	1,0	0,7	0,1	0,3	1,0	0,9	0,7

No que se refere aos indicadores que pretendem aferir o consumo privado assistiu-se, neste trimestre, na região e no país, ao aumento homólogo real dos empréstimos concedidos para consumo, dos pagamentos em caixas multibanco e das compras em terminais de pagamento automático, os quais mantiveram o comportamento positivo observado nos últimos trimestres. O crédito para consumo que, no terceiro trimestre de 2016, tinha infletido a tendência de quebra regional verificada desde o terceiro trimestre de 2010, voltou a acelerar, pelo quarto trimestre consecutivo, registando uma variação homóloga real de 4,3%. Já o peso do crédito para consumo vencido manteve-se em queda face ao período homólogo e aos períodos anteriores, fixando-se nos 9,4% na Região Centro e nos 10,5% no país, continuando, de forma sustentada, a distanciar-se dos máximos históricos atingidos no passado.

Em contraste as importações de bens de consumo, as receitas de cinema e os levantamentos em caixas multibanco sofreram uma contração homóloga real, na região e no país, face ao trimestre homólogo e anterior.

Quadro 12 – Consumo Privado		3T17	2T17	1T17	4T16	3T16	2016	2015	
								média trimestral	
Entradas intracomunitárias de bens de consumo*									
Portugal	v. h. real (%)	-0,5	2,0	1,3	5,6	8,9	9,2	12,6	
Centro	v. h. real (%)	-5,9	2,0	3,8	10,2	13,2	12,5	11,0	
Receitas de cinema**									
Portugal	v. h. real (%)	-5,4	42,3	-3,3	3,7	-0,9	2,3	19,0	
Centro	v. h. real (%)	-5,8	61,2	-4,4	1,0	-5,2	-1,1	26,4	
Empréstimos concedidos para consumo e outros fins***									
Portugal	v. h. real (%)	3,1	2,8	2,1	0,7	-0,4	-2,9	-5,0	
Centro	v. h. real (%)	4,3	3,6	3,1	2,1	0,5	-1,9	-4,8	
Crédito vencido para consumo e outros fins*** (em percentagem do crédito concedido)									
Portugal	%	10,5	11,2	11,9	12,2	13,8	13,5	14,6	
Centro	%	9,4	10,1	10,8	11,1	12,6	12,3	13,2	
Levantamentos em caixas automáticos									
Portugal	v. h. real (%)	-1,1	1,7	0,3	1,4	1,6	1,4	0,7	
Centro	v. h. real (%)	-0,7	2,4	0,3	1,4	2,5	1,6	0,8	
Pagamentos em caixas automáticos									
Portugal	v. h. real (%)	3,6	4,7	7,0	5,6	0,5	2,5	3,6	
Centro	v. h. real (%)	2,7	4,0	6,1	5,9	0,3	2,5	3,2	
Compras em terminais de pagamento automático									
Portugal	v. h. real (%)	8,6	11,0	7,4	8,4	8,4	7,9	6,9	
Centro	v. h. real (%)	6,7	10,1	6,6	8,5	7,7	7,5	5,3	

\* A distribuição regional das importações intracomunitárias tem por base o critério de destino das mercadorias. Os valores de 2015 são definitivos, os de 2016 provisórios e os de 2017 são preliminares sendo revistos trimestralmente. Estes dados foram deflacionados com informação de Contas Nacionais disponibilizada pelo INE na base 2011.

\*\* Os dados de 2017 das receitas de cinema são provisórios.

\*\*\* Créditos concedidos ao setor institucional das famílias que inclui empresários em nome individual e outras pessoas singulares. Excluem-se os empréstimos destinados à habitação.

## POLÍTICAS PÚBLICAS NO CENTRO

No PORTUGAL 2020, até 30 de setembro de 2017, estavam aprovados 3,3 mil milhões de euros de fundos europeus para apoiar investimentos na Região Centro. O CENTRO 2020 foi responsável por 955,0 milhões de euros deste volume de apoios, correspondendo a 3.353 operações aprovadas e a 1,7 mil milhões de euros de intenções de investimento na região.

**3,3** mil milhões de euros  
de fundos europeus aprovados para a  
Região Centro até setembro de 2017

**44,3%**  
da dotação do CENTRO 2020  
comprometida

Portugal apresenta uma grande disparidade regional, em termos de desenvolvimento económico e social. Tomando como referência o PIB *per capita* em relação à média da União Europeia, as regiões portuguesas NUTS II encontram-se distribuídas, em termos de elegibilidade para os cinco fundos europeus estruturais e de investimento (FEDER, Fundo de Coesão, FSE, FEADER e FEAMP), em regiões menos desenvolvidas quando esse valor é inferior a 75% da média da União Europeia (Norte, Centro, Alentejo e Açores); região em transição (Algarve) e regiões desenvolvidas (Lisboa e Madeira).

O PORTUGAL 2020 consiste no acordo de parceria adotado entre Portugal e a Comissão Europeia, que reúne a atuação dos cinco fundos e no qual se definem os princípios de programação que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial para promover, em Portugal, entre 2014 e 2020. Estes princípios de programação estão alinhados com o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, prosseguindo a estratégia Europa 2020. O PORTUGAL 2020 é operacionalizado através de 16 Programas Operacionais a que acrescem, tal como no período anterior, os programas de cooperação territorial nos quais Portugal participará a par com outros estados membros: os quatro Programas Operacionais Temáticos do Continente (competitividade e internacionalização; inclusão social e emprego; capital humano e sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos); os sete Programas Operacionais Regionais do Continente e das Regiões Autónomas (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Açores e Madeira), três Programas de Desenvolvimento Rural (um para o Continente e dois para as Regiões Autónomas), um Programa para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (Programa Operacional MAR 2020) e ainda um Programa Operacional de Assistência Técnica.

A dotação do PORTUGAL 2020 para o período de programação 2014-2020 é de 25,8 mil milhões de euros, destinada a estimular o crescimento e a criação de emprego. Esta dotação corresponde ao conjunto dos fundos que são atribuídos no âmbito dos 16 Programas Operacionais (temáticos e regionais). No caso dos promotores da Região Centro, estes poderão beneficiar da dotação global do Programa Operacional Regional CENTRO 2020 (2.155 milhões de euros, repartidos em 1.751,5 milhões de euros de FEDER e 403,5 milhões de euros de FSE) e ainda de concursos abertos no âmbito dos quatro Programas Operacionais Temáticos, do Programa de Desenvolvimento Rural para o Continente e do Programa Operacional MAR 2020.

Até ao final do terceiro trimestre de 2017, encontravam-se aprovados 3,3 mil milhões de euros de fundos europeus para aplicação na Região Centro, oriundos dos vários Programas Operacionais do PORTUGAL 2020. Note-se, no entanto, que estes valores respeitam apenas a projetos com localização integral na Região Centro (mono-regionais), não incluindo os projetos com investimentos simultaneamente no Centro e noutras regiões (multi-regionais).

FEDER – Fundo Europeu do Desenvolvimento Regional

FSE – Fundo Social Europeu

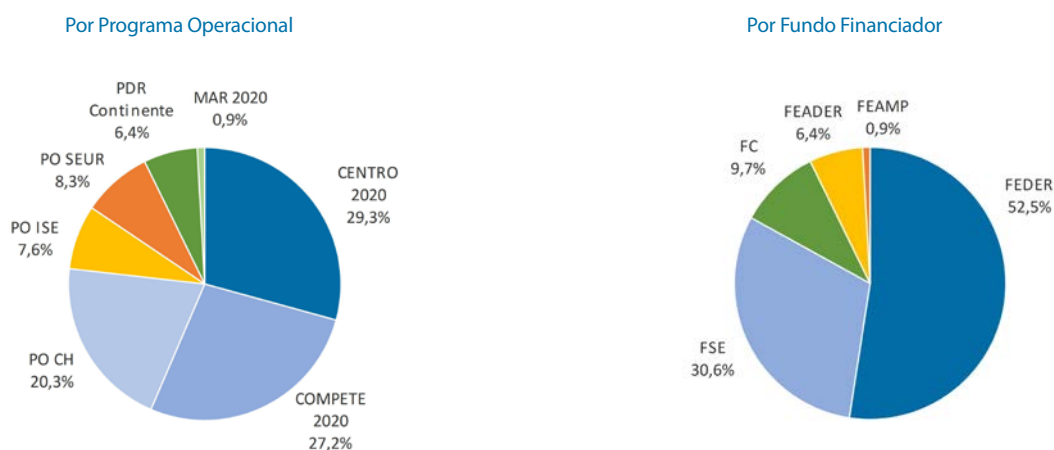
FC – Fundo de Coesão

FEADER - Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural

FEAMP - Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e da Pesca

O CENTRO 2020 (Programa Operacional Regional), o PO CI (Programa Operacional Competitividade e Internacionalização) e o PO CH foram os programas operacionais que mais fundos mobilizaram para a região (76,8% no seu conjunto). O FEDER era o fundo financiador de mais de metade dos apoios aprovados (52,5%), seguindo-se o FSE (30,6%), o FC (9,7%), o FEADER (6,4%) e, quase sem expressão na região, o FEAMP (0,9%).

Fundo europeu aprovado no PORTUGAL 2020, na Região Centro (30 de setembro de 2017)



## Programas Operacionais Temáticos do Portugal 2020 no Centro

PO CI – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização

PO CH – Programa Operacional Capital Humano

PO ISE – Programa Operacional Inclusão Social e Emprego

PO SEUR – Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos

PDR – Programa de Desenvolvimento Rural

MAR 2020 – Programa para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas

Até 30 de setembro de 2017, estavam aprovados 2,3 mil milhões de euros de fundos europeus, no âmbito dos vários Programas Operacionais temáticos do PORTUGAL 2020 na Região Centro – PO CI, PO CH, PO ISE, PO SEUR – e do PDR e MAR 2020, envolvendo os cinco Fundos Estruturais e de Investimento Europeus – FEDER, FSE, FC, FEADER e FEAMP. Saliente-se, no entanto, que estes valores não incluem os projetos com investimentos no Centro e noutras regiões (multi-regionais) mas apenas os projetos cujos investimentos são integralmente na Região Centro.

Quadro 13 - Aprovações nos Programas Operacionais Temáticos do Portugal 2020 na Região Centro (30 de setembro de 2017) *	Despesas elegíveis	Fundo aprovado
	Milhares de euros	
Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI)	1.700.348	887.676
Programa Operacional Capital Humano (PO CH)	783.069	663.891
Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE)	289.361	249.234
Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (PO SEUR)	329.482	270.663
Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR)	387.110	208.362
Programa para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (MAR 2020)	67.556	28.956
<b>TOTAL no Centro*</b>	<b>3.556.925</b>	<b>2.308.782</b>

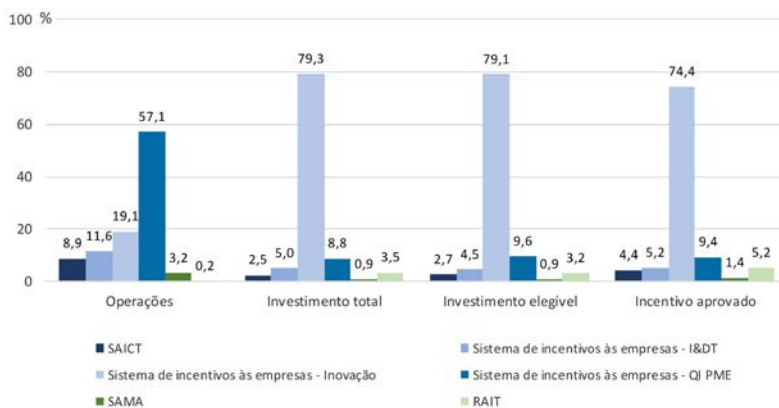
\* Apenas projetos com localização integral na região, não incluindo os projetos multi-regionais.

Até ao final do terceiro trimestre de 2017, estavam aprovadas no **Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI) – COMPETE 2020**, orientado para a melhoria da competitividade através do conhecimento e da inovação e para a promoção da internacionalização da economia portuguesa, 1.046 operações com investimento na Região Centro, a que correspondia uma comparticipação de fundo europeu de 887,7 milhões de euros e um investimento total previsto de 1.814,7 milhões de euros. Em média, cada projeto aprovado neste programa operacional envolvia um investimento na região de 1,7 milhões de euros e um cofinanciamento de 849 mil euros de fundos europeus.

O sistema de incentivos às empresas nas suas diferentes tipologias dominava as aprovações do COMPETE 2020 na região. Nas operações aprovadas prevaleciam os projetos do sistema de incentivos à qualificação e internacionalização de pequenas e médias empresas (57,1%). No entanto, a grande maioria dos fundos aprovados (74,4%) destinavam-se a projetos de inovação empresarial, uma vez que esta tipologia de projetos envolvia valores médios de investimento e, conseqüentemente, de fundos europeus muito elevados. De facto, enquanto a média de investimento elegível aprovado nos projetos de qualificação e internacionalização rondava os 273 mil euros envolvendo um cofinanciamento médio de 140 mil euros, nos projetos de inovação, o investimento elegível médio cifrava-se nos 6,7 milhões de euros, envolvendo, em média, 3,3 milhões de euros de cofinanciamento.

O regime de apoio às infraestruturas de transportes (RAIT) absorvia 5,2% do incentivo aprovado, correspondendo a 46,6 milhões de euros de Fundo de Coesão. Trata-se de um apoio de 45,5 milhões de euros à modernização do troço ferroviário Alfarelos-Pampilhosa, da Linha do Norte (Região de Coimbra) e de outro apoio de 1,1 milhões de euros para a implementação da operacionalidade do terminal de granéis líquidos no Porto de Aveiro. De destacar ainda o sistema de apoio à investigação científica e tecnológica (SAICT), com 4,4% do fundo europeu aprovado, e, por último, o sistema de apoio à modernização administrativa (SAMA) com 1,4%.

Distribuição das aprovações no âmbito do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI) – COMPETE 2020, na Região Centro, por tipologia de operação (30 de setembro de 2017)\*



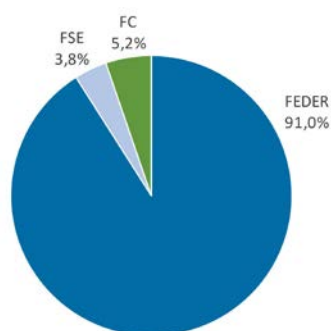
I&DT - Investigação e desenvolvimento tecnológico  
 QI PME - Qualificação e internacionalização das pequenas e médias empresas  
 SAICT - Sistema de apoio à investigação científica e tecnológica  
 SAMA – Sistema de apoio à modernização administrativa  
 RAIT – Regime de apoio às infraestruturas de transportes  
 TIC - Tecnologias de informação e comunicação

\* Apenas projetos com localização integral na região, não incluindo os projetos multi-regionais.



A grande maioria das aprovações no COMPETE 2020 na região teve cofinanciamento FEDER (91,0%). No entanto, neste programa operacional existiam também operações comparticipadas pelo Fundo de Coesão (5,2%), correspondendo ao já referido regime de apoio às infraestruturas de transportes, e pelo FSE (3,8%). No caso do FSE tratava-se, por um lado, do cofinanciamento de formação integrada em candidaturas ao sistema de incentivos às empresas (inovação e QI PME) e de formação-ação para PME no âmbito do sistema de incentivos à QI PME, e, por outro, do cofinanciamento de formação integrada em candidaturas ao SAMA no que respeita à melhoria de acesso às TIC, sua utilização e qualidade.

Distribuição das aprovações no âmbito do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI) – COMPETE 2020, na Região Centro, por fundo europeu (30 de setembro de 2017)\*

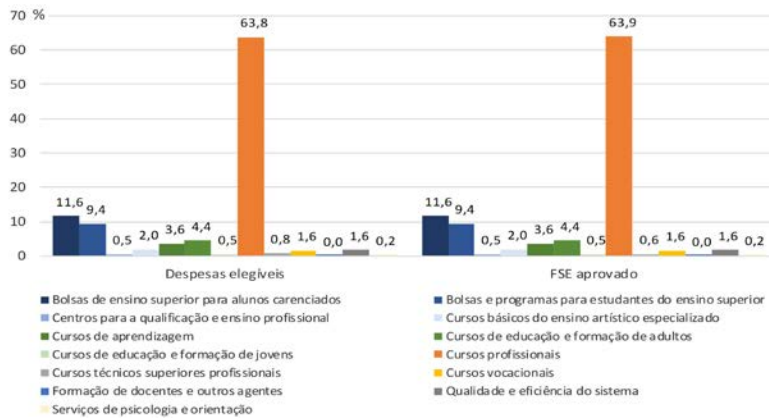


\* Apenas projetos com localização integral na região, não incluindo os projetos multi-regionais.

No **Programa Operacional Capital Humano** (PO CH), que visa uma melhor educação e a qualificação das pessoas, fator determinante no desenvolvimento e na competitividade das regiões, até 30 de setembro de 2017, na Região Centro, estavam aprovados 664 milhões de euros de FSE, correspondendo a um total de despesa elegível de 783 milhões de euros.

Do apoio aprovado, cerca de 64% destinava-se a cofinanciar cursos profissionais que visam a melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrada para o mercado de trabalho, facilitando a transição da educação para o trabalho (já no QREN foram os cursos profissionais que absorveram maior valor de fundo europeu). De entre as restantes ações, destacavam-se ainda as bolsas de ensino superior para alunos carenciados (11,6%), as bolsas e programas para estudantes do ensino superior (9,4%), bem como os cursos de educação e formação de adultos (4,4%) e os cursos de aprendizagem (3,6%), que visam a atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores através duma aprendizagem ao longo da vida.

Distribuição das aprovações no âmbito do Programa Operacional Capital Humano (PO CH), na Região Centro, por tipologia de operação (30 de setembro de 2017)\*



\* Apenas projetos com localização integral na região, não incluindo os projetos multi-regionais.

No **Programa Operacional Inclusão Social e Emprego** (PO ISE), que pretende promover uma economia baseada em elevadas taxas de emprego, na melhoria das qualificações e na luta contra a pobreza e exclusão social, até ao final de setembro de 2017, estavam já aprovados, na Região Centro, 289,4 milhões de euros de despesas elegíveis e 249,2 milhões de euros de FSE.

Uma parte relevante do fundo aprovado (23,8%) respeitava a projetos da Iniciativa Emprego Jovem (IEJ), correspondendo a estágios em empresas e na administração local, apoios à contratação e ações de qualificação/educação, que visam a integração sustentável no mercado laboral dos jovens que não trabalham, não estudam, nem se encontram em formação (incluindo jovens em risco de exclusão social e de comunidades marginalizadas). A IEJ apoia assim a concretização da Garantia para a Juventude, segundo a qual os países da União Europeia devem tomar medidas para assegurar que, no prazo de quatro meses após ficarem desempregados ou saírem do sistema de ensino, todos os jovens com menos de 25 anos possam beneficiar de uma oferta de emprego adequada, continuem a estudar ou façam um estágio ou uma formação em regime de aprendizagem.

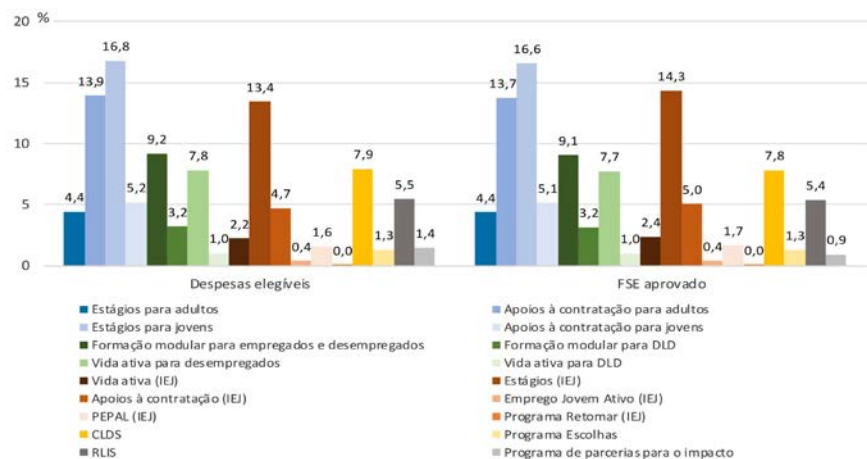
O cofinanciamento de ações de integração no mercado de trabalho assumia, no seu conjunto, um valor ainda mais expressivo (39,8% do FSE aprovado), tratando-se de estágios para jovens fora do âmbito da Iniciativa Emprego Jovem (16,6%), apoios à contratação de adultos (13,7%), apoios à contratação de jovens fora do âmbito da Iniciativa Emprego Jovem (5,1%) e de estágios para adultos (4,4%).

De referir também as ações para melhorar a empregabilidade da população ativa, designadamente a formação modular para empregados e desempregados (9,1% do FSE aprovado) e os cursos vida ativa para desempregados há menos de um ano (7,7%) e as ações para promover competências a grupos potencialmente vulneráveis, designadamente a formação modular e os cursos vida ativa para desempregados de longa duração (3,2% e 1,0%, respetivamente).

Salientavam-se ainda os contratos locais de desenvolvimento social (CLDS), responsáveis por 7,8% do fundo aprovado, que visam promover a inclusão social dos indivíduos de forma multisetorial e integrada, através de ações a executar em parceria, que permitam contribuir para o aumento da empregabilidade, para o combate a situações críticas de pobreza (especialmente a infantil) e de exclusão social em territórios vulneráveis, envelhecidos ou fortemente atingidos por calamidades.

De destacar, por último, os apoios à rede local de intervenção social (RLIS), com 5,4% do FSE aprovado, que consubstancia um modelo de organização e funcionamento da intervenção social de base local em que se pretende apoiar os processos de atendimento, encaminhamento e acompanhamento social de pessoas e das famílias em situação de risco e vulnerabilidade socioeconómica.

Distribuição das aprovações no âmbito do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE), na Região Centro, por tipologia de operação (30 de setembro de 2017)\*



CLDS - Contratos locais de desenvolvimento social  
DLD - Desempregados de longa duração  
FSE - Fundo Social Europeu  
IEJ - Iniciativa Emprego Jovem  
PEPAL - Programa de Estágios Profissionais na Administração Local  
RLIS - Rede local de intervenção social

\* Apenas projetos com localização integral na região, não incluindo os projetos multi-regionais.

No **Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (PO SEUR)**, que pretende responder aos desafios de transição para uma economia de baixo carbono, assente numa utilização mais eficiente de recursos e na promoção de maior resiliência face aos riscos climáticos e às catástrofes, até final de setembro de 2017, estavam aprovadas, na Região Centro, 378 operações, 329,5 milhões de euros de despesa elegível e 270,7 milhões de euros de fundo de coesão.

Cerca de 44% do valor de fundo europeu aprovado respeitava a projetos do ciclo urbano da água, na sua maioria para a concretização e remodelação de ETAR, elaboração de cadastros das infraestruturas em baixa de abastecimento de água e investimentos em drenagem de águas residuais.

### Distribuição das aprovações no âmbito do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (PO SEUR), na Região Centro, por categoria de intervenção (30 de setembro de 2017)\*



\* Apenas projetos com localização integral na região, não incluindo os projetos multi-regionais.

Os projetos de prevenção da erosão costeira absorviam 16,5% do fundo aprovado, destacando-se as operações de transposição de sedimentos para otimização do equilíbrio hidrodinâmico na Região de Aveiro (17,6 milhões de euros), de desassoreamento da zona superior da lagoa de Óbidos (14,2 milhões de euros), de proteção costeira da Praia da Formosa e Praia Azul, em Torres Vedras (3,1 milhões de euros), de proteção do litoral da Região Centro entre as praias do Furadouro e Vieira (3,0 milhões de euros), de proteção e recuperação do sistema dunar através do reforço do cordão dunar entre Ílhavo e Mira (2,3 milhões de euros) e de estabilização das arribas da praia da Nazaré (1,3 milhões de euros).

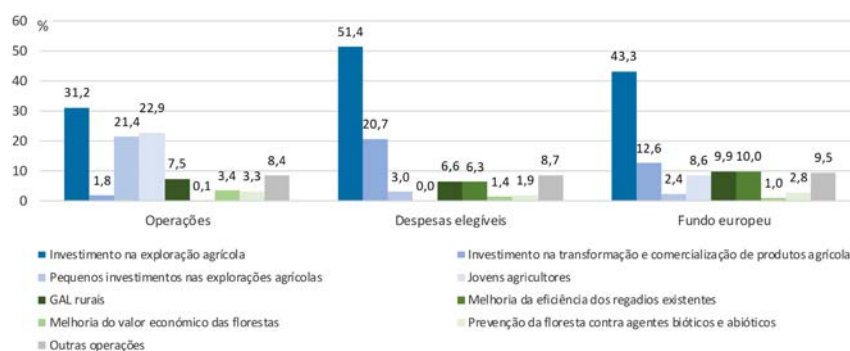
As intervenções relacionadas com planeamento e gestão de riscos representavam 19,6% do volume de aprovações e 15,7% do incentivo aprovado. Nesta tipologia destacavam-se, pelos montantes de fundo europeu aprovado, as operações de desassoreamento do rio Mondego e estabilização da margem direita do Rio Mondego entre a Ponte Santa Clara e o Açude - Ponte de Coimbra, no município de Coimbra (11,9 milhões de euros), as intervenções no aproveitamento hidráulico do rio Mondego (4,1 milhões de euros), os investimentos em infraestruturas hidráulicas do sistema de defesa contra cheias e marés no Baixo Vouga Lagunar (4,0 milhões de euros), as operações na rede de defesa da floresta contra incêndios em áreas sob gestão do ICNF, IP (2,3 milhões de euros) e ações de mitigação do efeito das cheias do rio Águeda na cidade (1,8 milhões de euros). Acrescem a estas intervenções, vários investimentos mais pequenos na área da prevenção de incêndios, designadamente construção ou ampliação/remodelação de quartéis de bombeiros, aquisição de veículos operacionais de proteção e socorro, instalação de redes de defesa da floresta contra incêndios, entre outros.

De destacar ainda os 7,2% de fundo europeu aprovado para valorização de resíduos, onde se evidencia o incentivo de 15,5 milhões de euros atribuído à unidade de tratamento integrado de resíduos sólidos da Associação de Municípios do Planalto Beirão, para incremento da qualidade e da quantidade da reciclagem dos 3 fluxos multimateriais, e os 6,6% para regeneração de instalações industriais abandonadas, designadamente para a recuperação ambiental da antiga área mineira da Urgeiriça, em Nelas (10,8 milhões de euros), da antiga área mineira do Mondego Sul, na albufeira da Aguieira (4,2 milhões de euros), e das antigas áreas mineiras de Castelejo, Formiga, Vale de Videira, Vales e Póvoa de Cervães, nos municípios de Gouveia, Fornos de Algodres, Mangualde (2,8 milhões de euros).

No âmbito do **Programa de Desenvolvimento Rural (PDR)**, destinado ao desenvolvimento agrícola e rural, até final de setembro de 2017, na Região Centro, estavam aprovadas 3.100 operações, envolvendo uma despesa elegível de 387,1 milhões de euros e 208,4 milhões de euros de FEADER.

Para este nível de compromisso, contribuíram fortemente os projetos aprovados no âmbito da ação “investimento na exploração agrícola” (43,3% dos apoios aprovados), que pretende reforçar a viabilidade e a competitividade das explorações agrícolas e preservar e garantir a sua sustentabilidade ambiental. De destacar ainda os investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas (12,6%), que visam potenciar a criação de valor na estrutura agroindustrial e a internacionalização do setor, e operações de melhoria da eficiência dos regadios existentes (10,0% do fundo aprovado), designadamente no aproveitamento hidroagrícola da Cela, em Alcobaça (8,6 milhões de euros de fundo aprovado) e no aproveitamento hidroagrícola do Vale do Lis, designadamente no bloco de rega do Boco, na Marinha Grande (4,7 milhões de euros de apoio aprovado) e no bloco das Salgadas, em Leiria (7,5 milhões de euros).

Distribuição das aprovações no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural (PDR), na Região Centro, por tipologia de operação (30 de setembro de 2017) \*



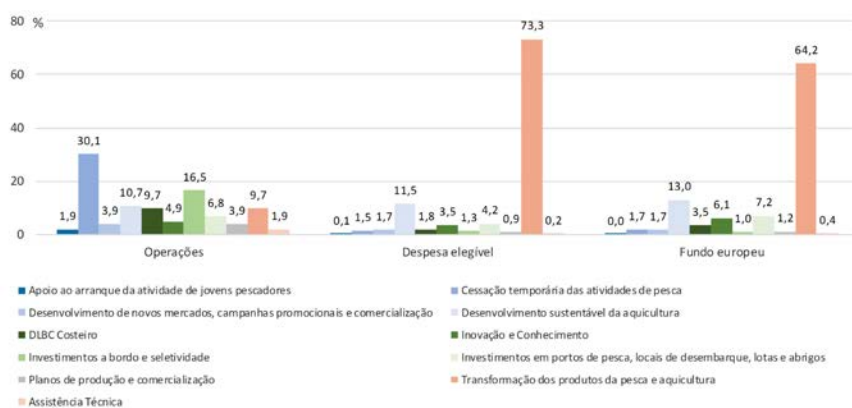
\* Apenas projetos com localização integral na região, não incluindo os projetos multi-regionais.

De salientar também a área do desenvolvimento local, responsável por 9,9% do FEADER aprovado, operacionalizado pelos 24 Grupos de Ação Local (GAL) rurais da Região Centro, que terão a responsabilidade de implementar as respetivas Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL). Estas estratégias visam o desenvolvimento, diversificação e competitividade da economia e a melhoria das condições de vida destes territórios de base rural. Dos 20,7 milhões de euros de fundo europeu aprovados nesta área, 18,0 milhões de euros destinaram-se a apoiar a qualificação dos GAL rurais para que possam desempenhar as suas funções relativas à implementação, gestão, acompanhamento e animação das EDL. Os restantes 2,7 milhões de euros correspondem à aprovação de 186 operações para a concretização das referidas estratégias nas tipologias “regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas” e “pequenos investimentos na transformação e comercialização”.

Finalmente, no que se refere ao **Programa Operacional MAR 2020**, que visa apoiar as pescas, até 30 de setembro de 2017, na Região Centro, tinham sido aprovados 67,6 milhões de euros de despesa elegível e 29,0 milhões de euros de FEAMP, num total de 103 operações.

Os apoios à transformação dos produtos da pesca e da aquicultura absorviam 64,2% do fundo aprovado. De destacar, nesta medida, o investimento empresarial numa nova unidade de comercialização de pescado fresco e congelado, na Nazaré, com uma despesa elegível de 13,0 milhões de euros e uma comparticipação financeira de FEAMP que ascenderá aos 4,9 milhões de euros. Ainda de referir, pela sua relevância, os apoios europeus a uma conserveira em Peniche, no valor de 3,6 milhões de euros, e a uma empresa de transformação e comercialização sobretudo de pescado congelado, na Figueira da Foz, no valor de 2,4 milhões de euros.

Distribuição das aprovações no âmbito do Programa Operacional MAR 2020, na Região Centro, por medida (30 de setembro de 2017)\*



\* Apenas projetos com localização integral na região, não incluindo os projetos multi-regionais.

Destacam-se ainda os projetos de desenvolvimento sustentável da aquicultura, responsáveis por 13,0% do fundo europeu aprovado; os investimentos em portos de pesca, locais de desembarque, lotas e abrigos, com 7,2% do FEAMP aprovado (onde se evidencia o investimento no prolongamento do quebra mar interior do porto de Peniche com um fundo aprovado de 1,4 milhões de euros); os projetos de inovação e conhecimento, com 6,1% do fundo aprovado; e os projetos de qualificação das parcerias de desenvolvimento local costeiro, com cerca de 3,5%. No caso da Região Centro estas parcerias encontram-se organizadas em cinco grupos de ação local no setor das pescas (GAL-Pesca): GAL Região de Aveiro, GAL Mondego Mar, GAL ADAE MAR, GAL Oeste e GAL ecoMar, visando aumentar o emprego e a coesão territorial nas comunidades costeiras e interiores dependentes da pesca e da aquicultura.

## Centro 2020

Até 30 de setembro de 2017, 66,4% da dotação do Programa Operacional Regional – CENTRO 2020 tinha já sido colocada a concurso nos 220 avisos abertos, tendo sido apresentadas 10.644 candidaturas, com intenções de investimento na região de 3,8 mil milhões de euros. Relembre-se que a dotação global do CENTRO 2020 corresponde a 2.155 milhões de euros.

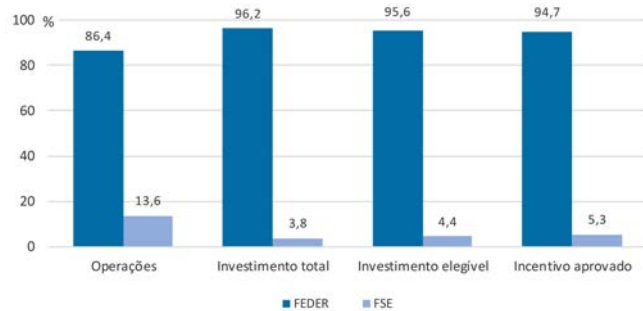
Até ao terceiro trimestre de 2017 tinham sido aprovadas 3.353 operações, que previam um investimento total na região de 1.744,2 milhões de euros e uma participação financeira de 955,0 milhões de euros de fundos europeus. Em termos médios, cada projeto aprovado no Programa Operacional Regional envolvia um investimento de 520 mil euros e um apoio europeu de 285 mil euros.

Quadro 14 - Monitorização do Centro 2020: concursos, candidaturas apresentadas e aprovações (valores acumulados)		setembro 2017	junho 2017	março 2017	dezembro 2016	setembro 2016
Concursos						
Total	número	220	213	127	116	107
Fundo comunitário	milhões €	1.430,0	1.379,3	1.189,4	1.096,0	971,9
	% da dotação de fundo	66,4	64,0	55,2	50,9	45,1
Em aberto	número	83	90	20	15	25
Fundo comunitário	milhões €	133,0	145,2	409,1	346,9	456,1
Encerrados	número	137	123	107	101	82
Fundo comunitário	milhões €	1.297,0	1.234,1	780,3	749,1	515,8
Candidaturas apresentadas						
Total	número	10.644	8.114	6.423	6.306	5.649
Investimento total previsto	milhões €	3.811,1	3.347,5	2.770,9	2.659,1	2.331,8
Operações aprovadas						
Total	número	3.353	3.076	2.616	2.469	1.790
Investimento total	milhões €	1.744,2	1.447,3	1.194,3	1.086,9	750,7
Investimento elegível	milhões €	1.455,7	1.241,6	1.026,0	937,6	631,2
Fundo comunitário	milhões €	955,0	801,6	652,9	577,0	380,7

A estrutura dos fundos a serem geridos durante o atual período de programação no CENTRO 2020 corresponde a 81% de FEDER e 19% de FSE (ou seja, 1.751,5 milhões de euros de FEDER e 403,5 milhões de euros de FSE). Até ao final de setembro de 2017, a grande pressão continuava sobre o FEDER (94,7% dos incentivos aprovados), com o FSE ainda muito distante dos montantes programados. Deste modo, embora a grande maioria das aprovações tivesse cofinanciamento FEDER (2.896), estavam aprovadas 457 operações com participação de FSE (50,7 milhões de euros), correspondendo a 12,6% da dotação programada e a 5,3% do incentivo total aprovado até à data.



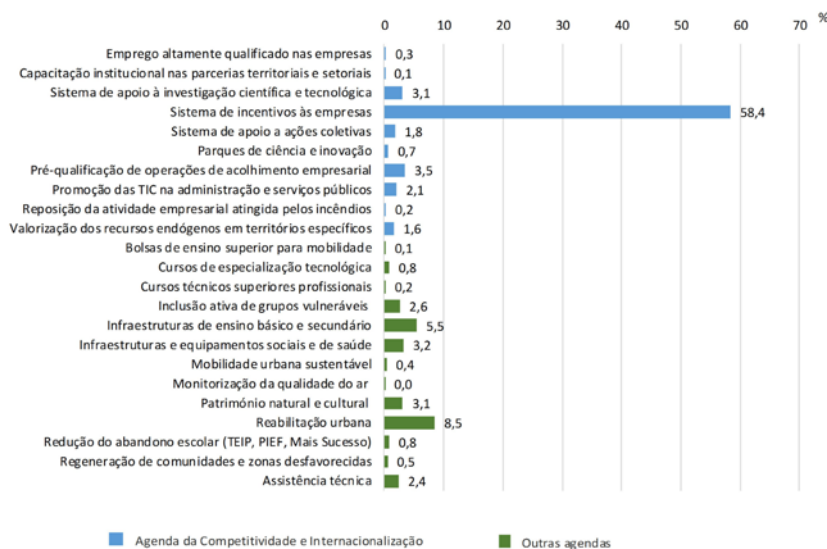
Fundo europeu atribuído às operações aprovadas no âmbito do Centro 2020, por tipologia de fundo (30 de setembro de 2017)



O domínio da competitividade e internacionalização absorvia 71,7% dos fundos europeus aprovados no CENTRO 2020, traduzindo-se em 2.925 operações aprovadas (87,2% do total), 1.343,7 milhões de euros de intenções de investimento e 685,2 milhões de euros de incentivos.

A quase totalidade destas aprovações respeitava ao sistema de incentivos às empresas, com 2.674 operações aprovadas e 557,4 milhões de euros de incentivo atribuído, correspondendo a 58,4% do fundo europeu total aprovado. Ainda neste domínio destacavam-se os projetos relativos às áreas de acolhimento empresarial, com 3,5% do fundo europeu total aprovado, tratando-se de projetos ligados à criação e expansão de áreas qualificadas para a atração de empresas e de investimentos. O sistema de apoio à investigação científica e tecnológica absorvia 3,1% dos fundos aprovados, traduzindo-se em incentivos para reforçar e consolidar áreas científicas em domínios estratégicos, para capacitar as infraestruturas de investigação inseridas no Roteiro Nacional de Infraestruturas de Investigação de Interesse Estratégico, para apoiar o patenteamento e o licenciamento de propriedade industrial e para a internacionalização da investigação e desenvolvimento, designadamente através da participação noutros programas financiados pela União Europeia. De referir ainda neste domínio, pelo seu caráter circunstancial, os apoios específicos para os territórios da Região Centro afetados pelos incêndios do dia 17 de junho de 2017 (designadamente Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penela e Sertã) para restabelecimento da capacidade produtiva das empresas afetadas (0,2% do fundo europeu aprovado).

Distribuição do fundo europeu atribuído às operações aprovadas no âmbito do Programa Operacional Centro 2020, por tipologia de operação (30 de setembro de 2017)



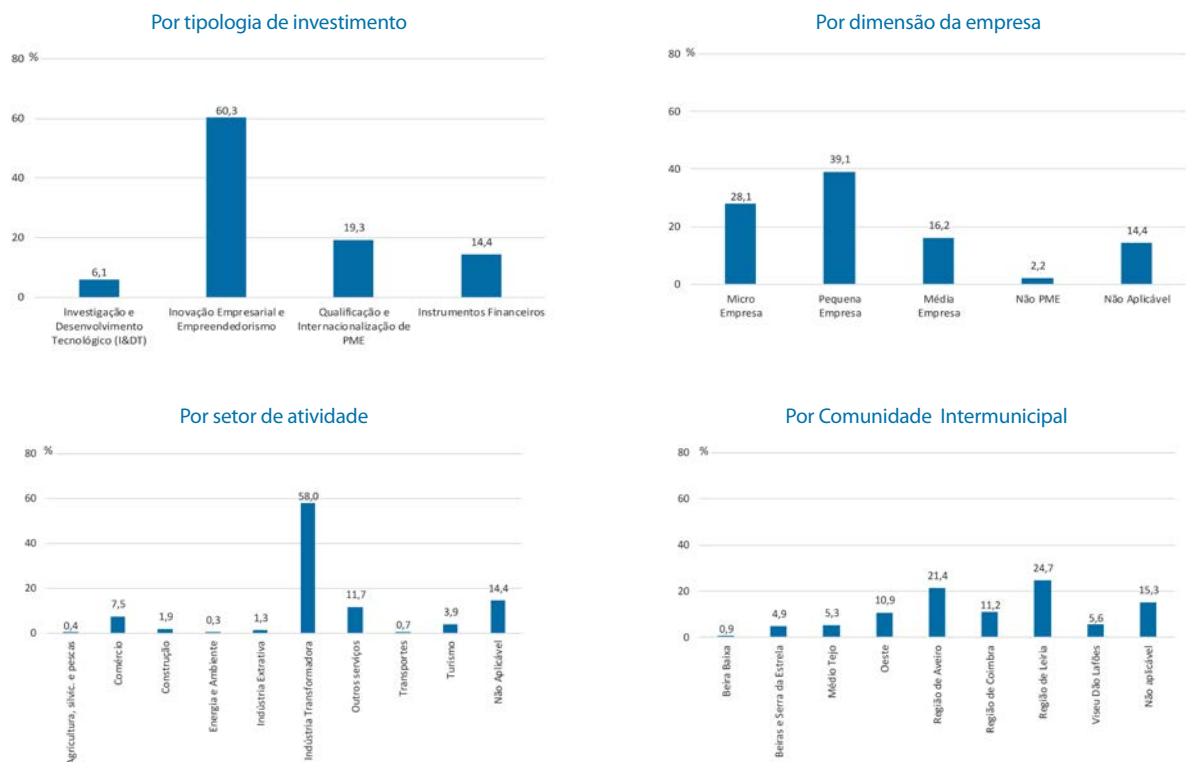
Fora do domínio da competitividade e internacionalização, destacavam-se os apoios à reabilitação urbana (8,5% dos fundos aprovados), a infraestruturas escolares de ensino básico e secundário (5,5%), a infraestruturas e equipamentos sociais e de saúde (3,2%), ao património natural e cultural (3,1%) e à inclusão ativa de grupos vulneráveis (2,6%), traduzindo-se, estes últimos, em apoios à realização de trabalho socialmente necessário por parte de desempregados ou beneficiários do rendimento social de inserção. Dos 81,1 milhões de euros aprovados para operações de reabilitação urbana, 15,6 milhões de euros estavam afetos ao Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas (IFRRU 2020).

De salientar que as operações apoiadas pelo FSE correspondiam aos já referidos incentivos à realização de trabalho socialmente necessário (25,1 milhões de euros de fundos aprovados) e também a cursos de especialização tecnológica (7,6 milhões de euros), formação de empresários e trabalhadores integrada em projetos empresariais mais abrangentes submetidos ao sistema de incentivos à inovação e à qualificação e internacionalização das PME (4,0 milhões de euros), projetos de contratação de emprego altamente qualificado nas empresas (2,5 milhões de euros), cursos técnicos superiores profissionais (1,7 milhões de euros), bolsas de ensino superior para a mobilidade (1,4 milhões de euros) e ações de capacitação institucional nas parcerias territoriais e setoriais, designadamente na articulação regional de redes de cooperação estratégica e promoção internacional (0,6 milhões de euros).

Detalhando o sistema de incentivos às empresas, dada a sua preponderância em termos de dotação e de compromisso, verifica-se que, do valor de fundo europeu absorvido por este instrumento de apoio, 60,3% correspondia a aprovações no âmbito da inovação empresarial e empreendedorismo, enquanto apenas 6,1% respeitava a projetos de investigação e desenvolvimento tecnológico.

CIM - Comunidade Intermunicipal  
PME - Pequenas e médias empresas

Distribuição do fundo europeu atribuído às operações aprovadas no âmbito do Sistema de Incentivos às empresas do Centro 2020 (30 de setembro de 2017)



Oitenta milhões de euros (14,4% do fundo aprovado no âmbito dos sistemas de incentivos às empresas) estavam afetos a instrumentos financeiros, correspondendo ao valor contratualizado, até esta data, entre o CENTRO 2020 e a Instituição Financeira de Desenvolvimento, S.A. Esta instituição foi criada para a gestão de instrumentos financeiros dirigidos ao apoio à economia e ao estímulo e orientação do investimento empresarial e à criação de emprego, assumindo-se essencialmente como operador grossista. Grande parte dos fundos aprovados no sistema de incentivos às empresas foram dirigidos a pequenas (39,1%) e micro empresas (28,1%) e à indústria transformadora (58,0%). Relativamente à sua distribuição territorial, a Região de Leiria e a Região de Aveiro foram as que absorveram maior volume de apoios. Os valores mais baixos foram registados nas CIM do interior, o que se justifica pela densidade empresarial nestes territórios ser mais baixa. No entanto, é de referir que os territórios de baixa densidade tiveram também avisos próprios neste âmbito ou majoração das taxas de cofinanciamento.

Até esta fase, a gestão do PORTUGAL 2020 esteve muito focada no lançamento de avisos e nas aprovações dos projetos, havendo, no entanto, um esforço para que a execução seja acelerada, nomeadamente com as várias iniciativas do programa Acelerador de Investimento para antecipar e acelerar a execução dos projetos e, conseqüentemente, do investimento privado e público no país. Deste modo, até final do terceiro trimestre de 2017, o programa tinha 44,3% da sua dotação comprometida e estavam validados 183,0 milhões de euros de fundos europeus, o que correspondia a uma taxa de execução de 8,5%.

O fundo transferido para os beneficiários a título de pagamentos foi de 224,7 milhões de euros, sendo este valor superior à despesa validada dados os adiantamentos, resultando numa taxa de reembolso (relação entre o fundo pago e o fundo validado) bastante superior a 100% (122,8%) e numa taxa de pagamento (relação entre o fundo pago e o fundo aprovado) de 23,5%.

Quadro 15 - Monitorização do Centro 2020: execução e indicadores financeiros (valores acumulados)		setembro 2017	junho 2017	março 2017	dezembro 2016	setembro 2016
Execução financeira						
Despesa validada						
Investimento (custo) elegível	milhares €	268.633	216.606	161.411	103.134	64.732
Fundos comunitários	milhares €	182.943	148.163	110.659	71.975	46.814
Pagamentos aos beneficiários	milhares €	224.676	185.078	152.460	109.433	57.011
Indicadores financeiros						
Taxa de compromisso (fundo aprovado / fundo programado)	%	44,3	37,2	30,3	26,8	17,7
Taxa de execução (fundo validado / fundo programado)	%	8,5	6,9	5,1	3,3	2,2
Taxa de realização (fundo validado / fundo aprovado)	%	19,2	18,5	16,9	12,5	12,3
Taxa de pagamento (pagamentos aos beneficiários / fundo aprovado)	%	23,5	23,1	23,4	19,0	15,0
Taxa de reembolso (pagamentos aos beneficiários / fundo validado)	%	122,8	124,9	137,8	152,0	121,8

# FONTES

## Enquadramento Nacional

- INE - Contas Nacionais Trimestrais (Base 2011)
  - Inquérito ao Emprego
  - Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
  - Inquérito de Conjuntura aos Consumidores
  - Inquéritos Qualitativos de Conjuntura
- Banco de Portugal
  - Taxa de câmbio bilateral do Euro - câmbio mensal EUR/USD (média do período)

## Mercado de Trabalho

- INE - Inquérito ao Emprego (Base 1998 e Base 2011)
  - Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
  - Índice de Custo do Trabalho (Base 2012)

## Desemprego Registado

- IEFP - Desemprego registado por concelho – Estatísticas Mensais
- INE - Estimativas Anuais da População Residente

## Empresas

- Banco de Portugal
  - Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras
  - Rácios de crédito vencido das sociedades não financeiras
- INE - Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
- Iberinform, Crédito y Caución
  - Empresas constituídas
  - Ações de insolvência

## Comércio Internacional de Bens

- INE - Contas Nacionais Trimestrais (Base 2011)
  - Entradas e saídas de mercadorias por secção da nomenclatura combinada, tipo de comércio, países e NUTS II
- Secções selecionadas:
  - I – Animais vivos e produtos do reino animal
  - II – Produtos do reino vegetal
  - IV – Produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufaturados
  - VI – Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas
  - VII – Plástico e suas obras; borracha e suas obras
  - IX – Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria
  - X – Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas); papel e suas obras
  - XI – Matérias têxteis e suas obras
  - XIII – Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras
  - XV – Metais comuns e suas obras
  - XVI – Máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios
  - XVII – Material de transporte

## Turismo

- INE - Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e outros Alojamentos
  - Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

## Construção e Habitação

- INE - Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios
  - Estatísticas das Obras Concluídas
  - Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação
  - Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
- Banco de Portugal
  - Empréstimos concedidos a famílias para habitação
  - Rácios de crédito vencido das famílias – habitação

## Preços e Consumo Privado

- INE - Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
  - Entradas intracomunitárias de mercadorias por Classificação por Grandes Categorias Económicas (CGCE) e tipo de comércio
  - Contas Nacionais Trimestrais (Base 2011)
- ICA – Instituto do Cinema e do Audiovisual
  - Receitas de cinema
- SIBS - Área de Estatísticas do Grupo SIBS
  - Transações realizadas em Caixas Automáticas por município
  - Transações realizadas em Terminais de Pagamento Automático por município
- Banco de Portugal
  - Empréstimos concedidos a famílias para consumo e outros fins
  - Rácios de crédito vencido das famílias – consumo e outros fins

## Políticas Públicas no Centro

- Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.
  - Boletins Informativos dos Fundos da União Europeia n.º 6, n.º 7, n.º 8, n.º 9 e n.º 10.
- Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais do Portugal 2020 (ficheiros de aprovações extraídos dos respetivos sites)

A informação contida no “Centro de Portugal – Boletim Trimestral” do terceiro trimestre de 2017 foi recolhida até ao dia 20 de dezembro de 2017.

